

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Pelo desenvolvimento social e econômico dos territórios. Rômulo Serpa. Site do MDA. 01/02/2016.....	5
Sem Terra correm o risco de despejo no Rio Grande do Norte. Site do MST. 02/02/2016.....	7
Funai divulga resultados da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Mário Vilela. Site do MDS. 02/02/2016.	8
PM ataca violentamente trabalhadores rurais em terras públicas griladas por latifundiário e pretendida pela Vale. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 04/02/2016.....	9
Aldeia Kaiowá foi carbonizada, conflito é iminente e polícia ainda não foi à área, afirma Funai. Site do MST. 04/02/2016.....	11
Sem Terra sofrem ameaça de despejo no Tocantins. Site do MST. 04/02/2016.....	12
Pronera vai financiar sete novos cursos de ensino superior e médio no Pará. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/02/2016.....	14
PM ataca acampamento em área grilada por latifundiário e pretendida pela Vale. Site do MST. 05/02/2016.	15
Sem Terra protestam contra medida do governo do ES que afeta educação no campo. Simone Freire. Site do MST. 05/02/2016.	17
Ações de regularização fundiária são iniciadas em Caruaru (PE). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/02/2016.....	19
Mediador de conflitos por terra e atuante na luta antimanicomial, professor universitário é assassinado na Bahia. Site da Comissão Pastoral da Terra. 10/02/2016	20
Quanto vale a vida de um sem-terra assassinado? Para uma Câmara do TJRS, uma ninharia. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 10/02/2016.....	21
Quanto vale a vida de um sem-terra assassinado? Jacques Távora Alfonsin. Carta Maior. 11/02/2016.	24
Quem matou Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005, continua matando. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 12/02/2016.	30
Pelo etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais. Site do MDA. 12/02/2016.	32
Incra/PI assina 50 contratos de crédito Fomento Mulher no município de Altos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/02/2016	36
Curso de Direito da Terra é lançado em Marabá (PA). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/02/2016.....	37

Acampados e assentados ocupam o Incra em luta pela Reforma Agrária em Goiás. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 15/02/2016.....	38
Ocupação do INCRA e audiência marcam mais um capítulo de reivindicações do MSTTR no Goiás. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/02/2016.....	39
Organização e solidariedade barram despejo forçado em Atalaia. Gustavo Marinho e rafael Soriano. Site do MST. 16/02/2016.	40
Município de Vargem passa a integrar mapa das Feiras da Reforma Agrária em Santa Catarina. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/02/2016.....	42
Unindo esforços para dar celeridade à reforma agrária. Juliana Reis. Site do MDA. 17/02/2016.....	43
Verificação de títulos de domínios de imóveis rurais no Extremo Sul da Bahia ganha celeridade – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 17/02/2016.....	43
Incra e BNDES discutem regularização de assentamentos na Amazônia Legal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/02/2016	44
Incra cria o primeiro assentamento no Rio Grande do Sul em 2016. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/02/2016	46
Territórios: integrando espaços. Juliana Reis. Site do MDA. 19/02/2016	47
Ajuste reduz reforma agrária à metade, diz Patrus. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 19/02/2016.....	50
MST realiza audiência pública para debater a Reforma Agrária popular no PR. Riquieli Capitani. Site do MST. 19/02/2016.....	51
Sem Terra ocupam mais um latifúndio improdutivo no extremo sul baiano. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 20/02/2016.	53
Incra/MA prepara ações para assentamentos no município de Arame. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/02/2016.....	54
Acesso à terra vira realidade em Rondônia. Site da FETRAF. 22/02/2016.	55
Minas Gerais fortalece agricultura familiar. Site do MDS. 23/02/2016.....	57
Indígenas contarão com máquinas do PAC2. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 24/02/2016.....	58
FETRAF/BRASIL participa de reunião proposta pela ANA para debater prioridades para a agricultura. Site da FETRAF. 24/02/2016.....	59
Incra terá Observatório da Reforma Agrária. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 24/02/2016	60
Comissão Pedagógica Nacional do Pronera aprova novos cursos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 24/02/2016.....	61

FETRAF/BRASIL marca presença na Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Site da FETRAF. 24/02/2016.	62
SC: Unidades demonstrativas são instaladas em 125 assentamentos para difundir inovações técnicas. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 25/02/2016.....	63
Políticas valorizam cultura indígena. Tássia Navarro. Site do MDA. 26/02/2016. ...	64
Em CPI da Funai, especialista critica “soberania” do órgão em demarcação de terras indígenas. Site da CNA. 26/02/2016.	68
Reforma Agrária: FETRAF/BRASIL e INCRA discutem estruturação de assentamentos. Site da FETRAF. 29/02/2016.	69
Fetraf Sul realiza II Congresso da Agricultura Familiar. Site da FETRAF. 29/02/2016.....	70
Índios Pataxó e Tupinambá pedem implantação de Cras no sul da Bahia. Site do MDS. 29/02/2016.	71
Líder de ocupação e sua família sofrem tentativa de homicídio em São Félix do Xingu (PA). Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/02/2016	72
Incra reconhece território quilombola de Limoeiro, em Palmares do Sul (RS). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/02/2016	73

Pelo desenvolvimento social e econômico dos territórios. Rômulo Serpa. Site do MDA. 01/02/2016.

Patrus acompanha apresentação cultural, em Cantanhede (MA), durante agenda do Territórios em Foco

O Ministério do Desenvolvimento Agrário vai desenvolver ações específicas para o desenvolvimento social e econômico dos territórios localizados no semiárido brasileiro. “O semiárido brasileiro possui quase a metade dos agricultores familiares no Brasil e, no entanto, é onde ocorre o mais baixo acesso às políticas de crédito. É uma região bastante desafiadora pelas questões climáticas e pela estrutura fundiária”, explica o secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira.

Ele destaca que a região passou por um dos ciclos de seca mais prolongados dos últimos tempos – três anos – e, com a ocorrência das chuvas, é necessário aproveitar para desenvolver um planejamento de ações para o semiárido. “Vamos trabalhar com o Projeto Dom Helder Câmara, ação importante que o MDA desenvolve na região, para enfrentar temas importantes como a desertificação, a água, a produção agrícola de um modo geral, além da alimentação animal que é um desafio sempre que o semiárido sofre com a seca”, completou.

Incentivo às rotas produtivas

Outra prioridade da SDT, para 2016, é a retomada do Programa Território da Cidadania, que envolve ações multissetoriais e interministeriais em 120 dos 241 Territórios Rurais brasileiros. “O programa precisa voltar a ser um espaço de articulação e integração de políticas públicas, tanto do lado da oferta de políticas multissetoriais, oriundas de diferentes ministérios, mas, também, do ponto de vista de projetos estratégicos que possam organizar a economia desses territórios em torno de cadeias produtivas”, observa o secretário.

Uma das parcerias para esse novo enfoque envolve o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o programa de desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). “Vamos olhar os arranjos produtivos com a perspectiva territorial”, antecipou Humberto Oliveira ao salientar que o objetivo é valorizar as atividades econômicas que promovam a agricultura familiar nesses territórios, seguindo a metodologia do MDIC para o fomento das cadeias produtivas.

Além do MDIC, o secretário adianta que a SDT está atuando em parceria com o Ministério da Integração Nacional para promover as ‘Rotas Produtivas’. “Queremos nos associar ao esforço do Ministério da Integração para promover rotas produtivas, como a Rota do Cordeiro, a Rota do Mel, a Rota da Fruticultura ou a Rota da mandiocultura. Vamos definir quais dessas rotas que alcançam um número significativo de Territórios da Cidadania, para estabelecer projetos estratégicos de forma a integrar um conjunto de políticas entre MDA, MDIC e Integração Nacional, articulando essas ações com os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Educação, essenciais para o programa”, salienta.

Educação para cidadania

Além das duas novidades em 2016, a SDT manterá ações já consagradas como parte de sua atividade: o apoio à gestão social, o apoio à articulação e integração de políticas públicas entre entes federados e o provimento de infraestrutura rural, por meio do Proinf. “A SDT já tem uma tradição de atuação nessas áreas e vamos mantê-las, como parte de nossas ações centrais”, diz o secretário.

Ele destaca, no entanto, uma ação que vai permear todo o trabalho da equipe da SDT: a valorização de políticas para a educação no campo. “Precisamos compreender que, para promover o desenvolvimento territorial, precisamos que a população dos territórios tenha mais acesso à educação. Nós vamos trabalhar nessa perspectiva. Nossa colaboração é modesta, em termos de oferecer capacitação diretamente a esse público, mas as políticas do MDA e da SDT, em parceria com o Ministério da Educação, podem estabelecer um olhar sobre programas importantes”, afirma ao citar o Pronatec, o Pronatec campo, além do incentivo às atividades com as ‘Escolas famílias agrícolas’ e as ‘Casas familiares rurais’, que utilizam a pedagogia da alternância e de programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos.

“Com mais educação as pessoas estarão mais capazes para a gestão social do seu território, de influenciar com mais qualidade em propostas para o desenvolvimento rural”, avalia ao realçar que essa valorização vai refletir nas políticas públicas, tanto do MDA como também dos demais ministérios e de outras unidades da federação, como os governos estaduais e municipais.

Consolidando a abordagem territorial

A abordagem territorial para o desenvolvimento sustentável vem se consolidando, desde sua implantação, em 2003. No primeiro ciclo, compreendido entre 2003 a 2006, ocorreram as primeiras discussões para estabelecer o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (Pronat), em articulação com os estados para a definição dos territórios, mobilizando e capacitando atores sociais para a constituição dos Colegiados Territoriais. No segundo ciclo, que ocorreu entre 2007 e 2010, teve início a primeira fase do Programa Territórios da Cidadania, o desenvolvimento de sistemas informatizados de apoio ao Planejamento e gestão das ações na SDT e a realização dos Encontros Nacionais da Rede de Colegiados Territoriais.

O terceiro ciclo compreende o período de 2011 a 2015, em que houve um aprofundamento teórico com discussões e pesquisas acadêmicas, envolvendo a nova ruralidade. Foi nesse período que se desenhou uma estratégia de incorporação das Universidades e Institutos Federais de Educação no apoio técnico aos colegiados (Nedets). Em 2015, a ação ‘Territórios em Foco’ promoveu atividades com o ministro Patrus Ananias pelos territórios rurais, consolidando a abordagem territorial como um modelo de gestão articulado pelo MDA. No ano passado, o ministro visitou seis territórios rurais, onde participou de reuniões com os colegiados, visitou localidades e conheceu boas práticas para o desenvolvimento social e econômico no campo, além dos encontros com representantes de poderes locais, estaduais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Para 2016, estão programadas outras dez visitas aos ‘Territórios em Foco’, com o intuito de valorizar as ações nessas localidades.

Sem Terra correm o risco de despejo no Rio Grande do Norte. Site do MST. 02/02/2016.

De acordo com a direção do MST, a visita da ministra Kátia Abreu ao estado no final do ano passado haveria mudado consideravelmente os acordos firmados.

2 de fevereiro de 2016 19h00

As cerca de 150 famílias do acampamento Dandara, na região do Seridó do Rio Grande do Norte, correm o risco de sofrerem um despejo violento nesta terça-feira (2). As famílias estão cercadas pela polícia militar da região.

Desde o dia 22 de novembro os Sem Terra estão acampados numa área da Empresa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), pertencente à União.

Segundo as famílias, desde então eles têm sofrido com constantes ações truculentas, tentativas de atropelamento, ameaças de morte, além da negação do direito à água.

Segundo a direção estadual do MST, logo depois do primeiro despejo - que ocorreu em menos de 15 dias após a ocupação - houve uma negociação com o governo. Neste período, os Sem Terra responderam a atitude do estado com luta, o que permitiu a conquista de vários acordos.

No entanto, de acordo com os dirigentes, a visita da ministra Kátia Abreu ao estado no final do ano passado haveria mudado consideravelmente os acordos firmados.

“A dinâmica que vem se desenhando na região, desde a ocupação, revela nitidamente o projeto do agronegócio, que se utiliza dos órgãos e instrumentos do Estado para sua manutenção, enquanto que para as famílias da região são negadas o direito básico da terra e da reprodução da vida, além do desenvolvimento regional, que poderia ser promovida pela organização das famílias camponesas, ainda mais num período de vários impactos da seca e das cercas”, destaca a nota da direção.

Para a acampada Maria das Graças, “essas ações fazem parte de uma articulação dos poderosos da região e do governo, que não querem que o MST fique na região, pois sabem que tem muita gente sem terra e pouca gente com muita terra, que se organizadas, serão uma forte ameaça para eles”.

Funai divulga resultados da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Mário Vilela. Site do MDS. 02/02/2016.

POVOS TRADICIONAIS

A I Conferência Nacional de Política Indigenista constituiu-se como uma importante instância de participação social diferenciada, visando à promoção de um espaço de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública e os mais de 300 povos indígenas do Brasil.

Durante todo o ano de 2015, representantes indígenas de todas as regiões do país, reunidos em 142 conferências locais e 26 etapas regionais, formularam diretrizes, em forma de propostas, que deverão conduzir a política nacional indigenista, com o objetivo de consolidar e aprimorar os direitos já reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Ao

avaliar a ação indigenista do estado brasileiro, as representações indígenas não somente reafirmaram seus direitos constitucionais, como também pautaram ações e políticas específicas que deverão ser construídas, de forma participativa, mediante a perspectiva da descolonização da relação do Estado brasileiro com esses povos.

Após a realização da etapa nacional, entre os dias 14 e 17 de dezembro, um total de 868 propostas foram consolidadas, das quais 216 foram caracterizadas como urgentes. As propostas foram divididas nos seis eixos temáticos trabalhados durante o processo de realização da Conferência, direcionados a uma reflexão contextualizada sobre os princípios da proteção territorial, da participação social e do direito à consulta, do desenvolvimento sustentável, dos direitos individuais e coletivos, da reafirmação da diversidade cultural e étnica do Brasil e do direito à memória e à verdade:

- Eixo 1 - Territorialidade e o Direito Territorial dos Povos Indígenas: 60 propostas
- Eixo 2.1 - Participação, Transparência, Controle Social e Representação Política: 90 propostas
- Eixo 2.2 - Direito à Consulta, Autonomia, Autodeterminação, Fortalecimento Institucional e Governança: 110 propostas
- Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável de Terras e Povos Indígenas: 169 propostas
- Eixo 4.1 - Direitos Individuais e Coletivos dos Povos Indígenas: 198 propostas
- Eixo 4.2 – Educação: 65 propostas
- Eixo 4.3 – Saúde: 69 propostas
- Eixo 5 - Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil: 83 propostas
- Eixo 6 - Direito à Memória e à Verdade: 24 propostas

Participaram da construção das propostas cerca de 1500 representantes indígenas, a Funai, o Ministério da Justiça, as organizações indígenas e outros 11 órgãos de governo.

PM ataca violentamente trabalhadores rurais em terras públicas griladas por latifundiário e pretendida pela Vale. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 04/02/2016

Em Nota, a coordenação do Acampamento Boa Esperança, no Pará, relata as violências policiais sofridas por trabalhadores sem terra que estavam acampados às margens de fazenda, na região de Parauapebas. Com a ação violenta por parte da polícia, várias pessoas ficaram feridas, sete acampados estão presos, e três pessoas estão desaparecidas. Confira o documento:

No dia 03 de fevereiro, quarta-feira, um comando de operações policiais, composto por homens da PM, GTO e Polícia Rodoviária, sem mandato judicial, realizou ato de extrema violência contra trabalhadores rurais sem terra, acampados as margens da Fazenda Santa Clara, localizada entre a região conhecida como Santa Cruz que faz divisa com o Garimpo das Pedras.

A ação truculenta das forças policiais se deu quando trabalhadores da região da APA, ligados a associação APPGA, do assentamento Paulo Fonteles e integrantes do acampamento de trabalhadores sem terras, protestavam contra a Companhia Vale denunciando os problemas ambientais causadas pela companhia no Rio Gelado, principal Rio da região e que sofre com as consequências de ter em sua cabeceira uma das maiores barragens de rejeito do País.

Ainda pelas 10 horas da manhã, quando o movimento já se desarticulava, trabalhadores rurais resolveram fazer uma marcha no entorno da sede da fazenda, na verdade área grilada do patrimônio público sob domínio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), por um pretense proprietário de prenome Damião Macedo, elemento que é tido na região como truculento e de ter se apossado de terras de pequenos agricultores, de dano ao meio ambiente, destruição de floresta, prática de trabalho escravo, e utilização de mão de obra infantil em serrarias clandestinas, além de outros crimes denunciados por trabalhadores das comunidades vizinhas.

Logo ao chegarem às proximidades da fazenda, os trabalhadores foram recebidos a bala, bombas de gás, que atingiram crianças, mulheres e idosos. Até o momento três pessoas estão consideradas desaparecidas. Mas de 120 pessoas foram transportados em caminhões escoltados pelas viaturas da polícia até a Delegacia de Parauapebas.

Sete integrantes do acampamento estão presos, sendo um deles uma mulher. Dezesseis pessoas já registram queixas e fizeram exame de corpo delito. Durante o processo violento de despejo dos trabalhadores, 35 pessoas foram feridas ou sofreram escoriações pelo corpo, incluindo 10 crianças, mulheres e idosos que tiveram que ser tratados as pressas, visto a gravidade da saúde dos mesmos.

Os movimentos sociais da região, entidades civis e a sociedade de Parauapebas, vêm a público pedir imediata intervenção da Ouvidoria Agrária Nacional, do INCRA, do ITERPA, assim como dos organismos de Direitos Humanos para que esse tipo de ataque aos direitos à cidadania, não transforme – pela aliança explícita entre capital mineral, latifúndio e estado – a luta pela Reforma Agrária num anúncio de um novo Massacre de

Eldorado dos Carajás, que este ano completa o infame aniversário de 20 anos de impunidade.

- Pela libertação dos sete presos na operação policial;
 - Prisão para agressores dos trabalhadores;
 - Desapropriação imediata da Fazenda Santa Clara
-

Aldeia Kaiowá foi carbonizada, conflito é iminente e polícia ainda não foi à área, afirma Funai. Site do MST. 04/02/2016.

“Nós chegamos e vimos as casas sendo queimadas, pessoas correndo, gritando. A gente tá ligando desesperadamente pras autoridades. A gente tem medo de sair daqui e a coisa piorar. Eles vão atacar”, conta servidor da Funai.

Servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) estão desde a manhã desta terça, 2, no tekoha Kurusu Ambá, onde indígenas Guarani e Kaiowá sofreram um ataque violento no último domingo, 31 de janeiro. Eles confirmam as informações de que um acampamento inteiro foi incendiado por pistoleiros, e temem a explosão de um conflito grave no local. “Nós estamos vendo agora. Ainda tem casas sendo queimadas. Todas as casas que estavam na fazenda Bom Retiro foram queimadas”, relata o coordenador regional da Funai de Ponta Porã, Elder Ribas. Ele explica que os fazendeiros tomaram posse parcial da fazenda, embora os indígenas não tenham deixado o local. Não há previsão da chegada da polícia no local.

“Um grupo de indígenas ouviu os pistoleiros dizerem que iriam aguardar a Funai sair do local pra atacar a [fazenda] Barra Bonita também”, explica o servidor da Funai Jorge Pereira. “Por isso nós permanecemos [na área de conflito], aguardando que a PF ou a Força Nacional venham pra área”.

“Nós chegamos e vimos as casas sendo queimadas, pessoas correndo, gritando. A gente tá ligando desesperadamente pras autoridades. A gente tem medo de sair daqui e a coisa piorar. Eles vão atacar”, conta Jorge. “Os indígenas nos mostraram as cápsulas de balas. A gente vê o movimento de caminhonetes, cavalos”.

Ataque

Os indígenas foram atacados no dia 31 de janeiro, após a tentativa de retomada da fazenda Madama. Em represália, pistoleiros atacaram os três acampamentos que compõem

Kurusu Ambá. Por volta das 10 horas da manhã do domingo, um grupo de homens armados não-identificados em ao menos três caminhonetes atacaram a tiros a nova área retomada pelos indígenas, na fazenda Madama, expulsando os Kaiowá do local.

Pouco depois, o grupo de caminhonetes se aproximou do segundo acampamento de Kurusu Ambá, onde incide a fazenda Barra Bonita, local do ataque de hoje, e incendiaram todos os barracos dos indígenas. Os indígenas procuraram abrigo no terceiro acampamento do tekoha, que atacado na sequência pelo grupo armado na caminhonete.

Em nota, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi denuncia a ausência das forças policiais na contenção do conflito. “É inadmissível o descaso das forças de segurança, que até o momento sequer estiveram no local para garantir a mínima integridade dos indígenas e impedir que novos ataques ocorram”, diz a entidade, acusando a polícia de fazer um “jogo de empurra-empurra entre Polícia Militar, Polícia Federal, Departamento de Operações da Fronteira (DOF) e Força Nacional”.

"Enquanto novos crimes e atentados premeditados podem estar prestes a ocorrer, as forças policiais, o Ministério da Justiça e o governo do estado do Mato Grosso do Sul assistem a tudo calados, garantindo assim aos jagunços porteira aberta para a possibilidade de novos assassinatos”, conclui a nota.

Demarcação

Há quase uma década, o tekoha Kurusu Ambá está em processo de identificação e delimitação. Com os prazos estourados, o relatório de identificação sobre a área deveria ter sido publicado pela Funai em 2010, segundo Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Ministério Público Federal em 2008. No entanto, o relatório foi entregue pelo grupo técnico somente em dezembro de 2012, e ainda aguarda aprovação da Funai de Brasília.

Em junho de 2015, os indígenas haviam tentado ocupar a mesma fazenda, sendo violentamente expulsos pelos fazendeiros. O saldo do ataque foi de duas crianças desaparecidas, casas incendiadas e dezenas de feridos. Em 2007, ano em que os Kaiowá iniciaram a retomada de Kurusu Ambá, duas lideranças foram assassinadas - uma delas, na mesma fazenda Madama. Entre 2009 e 2015, mais dois indígenas foram mortos em Kurusu, no contexto da luta pela terra.

Sem Terra sofrem ameaça de despejo no Tocantins. Site do MST. 04/02/2016.

A ação judicial movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está prevista para ser cumprida a partir do dia 15/2.

Cerca de 450 famílias Sem Terra correm o risco de serem despejadas do Acampamento Olga Benário, localizado às margens da Rodovia Belém Brasília, próximo ao município de Fortaleza do Tabocão e Rio dos Bois, em Tocantins.

A ação judicial movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está prevista para ser cumprida a partir do dia 15/2.

O acampamento Olga foi erguido em 22 de junho de 2013, sob promessa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) de que parte dos 19 mil hectares da área fosse destinada para construção de um assentamento às famílias ainda em 2013.

Até o momento o Incra não se manifestou sobre o pedido de despejo e o processo de desapropriação da área.

Em nota, a direção estadual do Movimento critica a morosidade do Incra e pede para que o órgão se manifeste sobre o assentamento das famílias que não têm para onde ir, caso o despejo se concretize.

O Movimento também acredita que tal situação ocorre pela falta de comprometimento dos governos estaduais e federal para com a Reforma Agrária no país.

Sem Terra sofrem ameaça de despejo no Tocantins. Site do MST. 04/02/2016.

A ação judicial movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está prevista para ser cumprida a partir do dia 15/2.

Cerca de 450 famílias Sem Terra correm o risco de serem despejadas do Acampamento Olga Benário, localizado às margens da Rodovia Belém Brasília, próximo ao município de Fortaleza do Tabocão e Rio dos Bois, em Tocantins.

A ação judicial movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está prevista para ser cumprida a partir do dia 15/2.

O acampamento Olga foi erguido em 22 de junho de 2013, sob promessa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) de que parte dos 19 mil hectares da área fosse destinada para construção de um assentamento às famílias ainda em 2013.

Até o momento o Incra não se manifestou sobre o pedido de despejo e o processo de desapropriação da área.

Em nota, a direção estadual do Movimento critica a morosidade do Incra e pede para que o órgão se manifeste sobre o assentamento das famílias que não têm para onde ir, caso o despejo se concretize.

O Movimento também acredita que tal situação ocorre pela falta de comprometimento dos governos estaduais e federal para com a Reforma Agrária no país.

Pronera vai financiar sete novos cursos de ensino superior e médio no Pará. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/02/2016

O ano de 2016 se anuncia promissor para a educação na reforma agrária no Pará. A aprovação de sete projetos pedagógicos pela Coordenação Nacional do Programa de Educação na Reforma Agrária (Pronera) do Incra, no final de 2015, foi o sinal verde para a superintendência da autarquia sediada em Belém dar início a ações que viabilizarão a oferta de quatro cursos de nível superior e três de nível médio, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto Federal de Educação Tecnológica do estado (IFPA).

Os cursos têm custo anual estimado em R\$ 5 milhões e serão realizados em Belém, Bragança, Abaetetuba e Cametá, atendendo 470 alunos. A seleção será feita dentre os beneficiários das políticas agrárias dos governos federal e estadual, o que inclui as comunidades quilombolas, além de professores e educadores que atuam em assentamentos ou no entorno.

As formações em nível superior abrangem Especialização em Geotecnologias Aplicadas ao Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial Rural (50 vagas), Agronomia (50 vagas), além de licenciaturas em História (100 vagas) e em Pedagogia (120 vagas). Também será ofertado o Ensino Médio Integral de Qualificação e Profissionalização (60 vagas), o Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio (40 vagas) e o Curso Técnico Profissional em Meio Ambiente para as Resex Integrado ao Ensino Médio (50 vagas).

Demandas educacionais

Os projetos pedagógicos aprovados resultaram de discussões entre a coordenação regional do Pronera, instituições de ensino e movimentos sociais rurais. Eles visam atender demandas educacionais do público beneficiário da reforma agrária em regiões

onde há déficit constatado de profissionais nas áreas de conhecimento das formações ofertadas.

É o caso da Licenciatura Plena em Pedagogia, no Campus da UFPA em Cametá, município localizado no Território do Baixo-Tocantins. Será a terceira turma de pedagogos formados pela UFPA em parceria com o Incra. As 120 vagas do novo curso virão em reforço a duas turmas de pedagogos já formados pela universidade nos campus de Belém e de Abaetetuba, outro município do Baixo-Tocantins, por meio do Pronera.

No campus da UFPA em Cametá também será realizado o curso superior de Agronomia, além do curso técnico em Meio Ambiente. Este último visa atender demandas de reservas extrativistas (Resex) implantadas na região pelo Governo Federal, a exemplo de Ipaú Anilzinho e Arioca Pruanã.

Especialização

A novidade na parceria neste ano é a oferta de uma pós-graduação na modalidade de especialização. O curso – Especialização em Geotecnologias Aplicadas ao Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial Rural – será realizado em Belém e vai ofertar 50 vagas a candidatos de qualquer área de conhecimento envolvidos com questões inerentes à reforma agrária no Pará. A pós-graduação visa contribuir para a reflexão crítica acerca das potencialidades e vulnerabilidade dos recursos naturais, de como esses são utilizados e a melhor forma de planejar seu manejo de maneira sustentável.

Atualmente, os cursos estão em fase de preparação nas instituições de ensino, onde as disciplinas que integram a grade curricular de cada um precisam da aprovação do Conselho Superior (Consun), dentre outros ajustes necessários para a efetiva oferta das vagas.

A coordenadora regional do Pronera em Belém, Juliany Miranda, prevê para o mês de maio a assinatura dos Termos de Execução Descentralizada (TED), que formalizam a transferência de recursos do Incra para a UFPA e o IFPA. O início das aulas está previsto para o segundo semestre de 2016.

PM ataca acampamento em área grilada por latifundiário e pretendida pela Vale. Site do MST. 05/02/2016.

A ação das forças policiais aconteceu sem mandado judicial. Os trabalhadores rurais temem um novo Massacre de Eldorado dos Carajás.

Não foi preciso nenhum mandado judicial para que um comando de operações policiais, composto por membros da Polícia Militar, Grupo Tático Operacional e Polícia.

Rodoviária, realizassem o despejo de famílias Sem Terra acampados às margens da Fazenda Santa Clara, entre a região conhecida como Santa Cruz (PA), na última quarta-feira (3).

A ação das forças policiais se deu após trabalhadores rurais da região, do assentamento Paulo Fonteles e integrantes do acampamento protestarem contra a mineradora Vale, ao denunciarem os problemas ambientais causadas pela companhia no Rio Gelado, principal rio da região, mas que sofre com as consequências de ter uma das maiores barragens de rejeito do país em sua cabeceira.

Segundo os relatos dos trabalhadores rurais, ainda eram umas 10h quando o movimento já se desarticulava e os manifestantes resolveram fazer uma marcha no entorno da sede da fazenda, uma área do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), porém grilada por Damião Macedo.

Segundo relatos dos trabalhadores das comunidades vizinhas, Macedo é conhecido na região por sua truculência e por ter se apossado de terras de pequenos agricultores, de destruir florestas, praticar o trabalho escravo e de se utilizar de mão de obra infantil em serrarias clandestinas.

Porém, ao chegarem às proximidades da fazenda, os trabalhadores foram recebidos à bala e com bombas de gás, que atingiram crianças, mulheres e idosos. Até o momento três pessoas estão desaparecidas. Mais de 120 pessoas foram transportadas em caminhões escoltados pelas viaturas da polícia até a Delegacia de Parauapebas.

Sete integrantes do acampamento estão presos, sendo um deles uma mulher. Dezesseis pessoas já registram queixas e fizeram exame de corpo delito. Durante o processo violento de despejo dos trabalhadores, 35 pessoas foram feridas ou sofreram escoriações pelo corpo, incluindo 10 crianças, mulheres e idosos que tiveram que ser tratados as pressas.

Em nota, os movimentos populares da região e entidades civis pedem a “imediata intervenção da Ouvidoria Agrária Nacional, do INCRA, do ITERPA, assim como dos organismos de Direitos Humanos para que esse tipo de ataque aos direitos à cidadania não transforme - pela aliança explícita entre capital mineral, latifúndio e Estado – a luta pela Reforma Agrária num anúncio de um novo Massacre de Eldorado dos Carajás, que este ano completa o infame aniversário de 20 anos de impunidade”.

Neste sentido, os movimentos agora lutam pela libertação das sete presos na operação policial, pela prisão dos agressores e pela desapropriação imediata da Fazenda Santa Clara.

Sem Terra protestam contra medida do governo do ES que afeta educação no campo. Simone Freire. Site do MST. 05/02/2016.

Manifestantes ocupam a sede da secretaria de educação em São Mateus e questionam medidas que prejudicam o modelo pedagógico praticado há 30 anos na área rural. Educadores de diversas escolas do campo ocupam a sede da Superintendência Regional de Educação do município de São Mateus, no Espírito Santo, contra medida que reduz a carga horária dos trabalhadores da redes. Os cerca de 150 manifestantes alegam que a proposta do governo estadual prejudica o modelo pedagógico em prática nos assentamentos há mais de 30 anos. A ocupação ocorre nesta quinta (4) e sexta-feira (5). Sem diálogo com Haroldo Rocha, da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), os trabalhadores foram recebidos por uma comissão do órgão, que também não ouviu as exigências da categoria e manteve a proposta de redução da carga horária nas disciplinas ministradas no campo.

Segundo o coordenador do coletivo de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Valdinar dos Santos, a decisão prejudica a educação na região, uma vez que desconsidera a Pedagogia da Alternância, praticada há mais de 30 anos nos assentamentos. Neste modelo, os alunos intercalam um período de convivência na sala de aula com outro no campo, garantindo a permanência dos alunos no meio rural.

A proposta do estado é pagar somente a hora/aula dada por cada educador, não contabilizando outros elementos da pedagogia, como os tempos de acompanhamento do campo e da auto-organização dos estudantes, por exemplo.

"Hoje, se eu tenho dez aulas, eles me contratam com uma carga horária maior para dar conta desses outros elementos, além das aulas e do planejamento. Na proposta deles agora é pagar apenas as horas/aula. E isso dá uma redução de praticamente 50% da carga horária de cada educador. É como se eu tivesse cinco e passasse para metade. O que não dá conta de trabalhar esta Pedagogia da Alternância", explicou Santos.

Educadores se reúnem na ocupação

Rematrícula

Outro problema apontado pelos educadores na mobilização foi a junção de turmas. Santos critica o novo sistema de matrícula proposto pela Sedu que, totalmente online, impossibilitou que muitos pais fizessem a matrícula ou matrícula de seus filhos.

"Muitos dos nossos espaços, nos assentamentos, no campo, a internet não chegou e o camponês não está preparado, não foi orientado suficientemente para fazer esta matrícula. Neste sistema teve um prazo e, por mais que os pais tenham ido na escola e preenchido o documento, isso não está sendo considerado. Logo, estão fazendo junção e fechando várias turmas", criticou.

Com a nova determinação da Sedu, segundo Santos, 150 educadores e 26 escolas que estão na rede estadual em assentamentos serão impactadas.

Resistência

O cenário só tende a piorar uma realidade já complicada para a educação no campo. Dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que, nos últimos 15 anos, mais de 37 mil unidades educacionais foram fechadas no meio rural, o que representa uma média de oito escolas por dia no país.

Só no Espírito Santo, em 2000, existiam 3.062 escolas no campo. Os últimos dados divulgados pela Secretaria de Educação, porém, mostram que em 2009 esse número já totalizava 1.715.

Luta contínua

"Essa luta a gente vem travando desde que as escolas nos assentamentos surgiram. Por questão da infraestrutura, para garantir seu funcionamento, transporte, alimentação, ou seja, a cada ano a gente tem um enfrentamento", expõe Santos.

Ele relembra da última ação em defesa da Educação no campo, realizada em novembro do ano passado, quando cerca de 500 militantes dos movimentos populares do campo ocuparam a Sedu, em Vitória (ES).

Na ocasião, os manifestantes cobraram a resolução das demandas apresentadas na pauta unificada dos movimentos entregue em junho de 2015, cujo um dos sete pontos era, justamente, medidas para o reconhecimento da Pedagogia da Alternância.

"Neste governo Paulo Hartung [PMDB] a gente tem sofrido bastante, porque é um governo que não dialoga. A gente dialoga com os técnicos, mas dificilmente consegue conversar com o superintendente. Audiência com o governador é quase impossível.

Estamos nesta luta há 30 anos e parece que em 2016 não vai ser diferente", lamentou Santos.

Nesta sexta-feira (5), os educadores resolveram desocupar o prédio. "Vamos retornar no dia 11, depois do carnaval", comunicou Fátima Ribeiro, educadora e membro da direção estadual do MST. Até o fechamento desta matéria, a Sedu não havia respondido os questionamentos da reportagem.

Ações de regularização fundiária são iniciadas em Caruaru (PE). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/02/2016

Foram iniciadas as ações de regularização fundiária que vão garantir o título da terra a posseiros de Caruaru, no Agreste pernambucano. A possibilidade de levar segurança jurídica a pequenos e médios agricultores do município é fruto de parceria formalizada em 2015 entre o Incra, o governo de Pernambuco e a prefeitura local, e alavancada na última semana, com a assinatura da ordem de serviço dos trabalhos de cadastramento e georreferenciamento de cerca de 93,5 mil hectares na zona rural de Caruaru.

O geocadastro está a cargo da Terra Engenharia, vencedora de processo licitatório, e incluem a identificação e arrecadação de terras devolutas do estado – que pertencem ao poder público, mas não têm destinação definida – para garantir o registro das áreas e emissão de títulos gratuitamente aos posseiros. Levantamento preliminar aponta a existência de 2,5 mil áreas passíveis de regularização no município.

Além de assegurar o direito de propriedade, os beneficiados tornam-se aptos, por exemplo, a obter crédito para investir na produção e fazer parte de programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que destina pelo menos 30% dos recursos disponíveis à aquisição direta de alimentos oriundos da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária.

Segundo a prefeitura de Caruaru, 55% da merenda escolar do município é adquirida de agricultores familiares e assentados. A expectativa é a de que a regularização dos posseiros amplie essa participação.

Os trabalhos devem durar 18 meses. Juntamente com o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe), autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do estado, o Incra fiscalizará e aprovará o serviço prestado.

A solenidade de assinatura da ordem de serviço foi realizada no Centro de Formação Paulo Freire, no Assentamento Normandia, em Caruaru. Além do superintendente do Inca em Pernambuco, Luiz Aroldo Lima, firmaram o documento o prefeito de Caruaru, José Queiroz, o secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota, e o presidente do Iterpe, Paulo Lócio.

O superintendente do Inca aproveitou a ocasião para destacar a importância de todos os agricultores colaborarem com a empresa que realizará os serviços, abrindo as portas para receber os técnicos responsáveis.

Mediador de conflitos por terra e atuante na luta antimanicomial, professor universitário é assassinado na Bahia. Site da Comissão Pastoral da Terra. 10/02/2016

Marcus Vinicius de Oliveira, docente aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mais conhecido como Marcus Matraga, foi alvo de emboscada na noite da última quinta-feira (4), no município de Jaguaripe, região do Recôncavo baiano. Professor atuava na luta antimanicomial e na mediação de conflitos de terras na região.

De acordo com informações da Polícia Militar, ele foi levado de casa por volta das 19 horas por dois homens que se diziam ser parentes de uma amiga sua, que estava passando mal. Ao sair de casa, Marcus foi rendido e levado de carro até uma estrada de terra da região. Lá, ele foi executado. Os criminosos fugiram em seguida.

Militante da luta antimanicomial e da democratização da psicologia no país, o professor tinha um histórico de lutas no setor da saúde. Diversas entidades lamentaram a sua morte nas redes sociais. O Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-BA) soltou nota dizendo que o professor mostrou “a necessidade de não se calar diante das injustiças e de lutar para a construção de uma sociedade mais justa”.

Já o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) reforçou que o professor “foi uma grande liderança na construção de uma profissão comprometida com a Justiça e a igualdade e da sua democratização. Inquieto, nos instigou a problematizar a ciência e a profissão, apontando para sua necessária descolonização”.

Suspeita

Marcus Vinicius vinha atuando na mediação de conflitos fundiários entre a comunidade local e fazendeiros. Sua morte tem sido associada a tais atividades. “Ao que parece, [foi vítima] em função de sua atividade política na mediação de conflitos de terra, em

circunstâncias a ser apuradas pelas autoridades competentes”, afirma o site da UFBA em sua nota de pesar.

Confira a Nota da UFBA na íntegra:

A Universidade Federal da Bahia recebeu, consternada, a notícia do falecimento, em circunstâncias trágicas, há poucas horas, do professor aposentado do Instituto de Psicologia Marcus Vinicius de Oliveira. O professor era, nas palavras da diretora do IPSUFBA, Ilka Bichara, “um grande combatente das causas sociais, principalmente na luta antimanicomial”. Em nota o Conselho Federal de Psicologia destacou a sua participação na consolidação da Psicologia no Brasil, tendo integrado diversas gestões do CFP e dos conselhos regionais de Minas Gerais e Bahia.

Marcos Vinicius foi vítima de homicídio, no município de Salinas das Margaridas, onde morava, ao que parece, em função de sua atividade política na mediação de conflitos de terra, em circunstâncias a ser apuradas pelas autoridades competentes. Assim que o corpo for liberado, seguirá para Belo Horizonte onde ocorrerá o sepultamento.

Quanto vale a vida de um sem-terra assassinado? Para uma Câmara do TJRS, uma ninharia. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 10/02/2016.

"A morte do Elton Brum da Silva não foi considerada suficiente para encher o poço das lágrimas e do grande sofrimento dos seus familiares e companheiras/os", escreve Jacques Alfonsin.

A companheira, a filha e o pai do agricultor Elton Brum da Silva, assassinado pelas costas por um policial militar, durante a execução judicial de um mandado de reintegração de posse, no dia 21 de agosto de 2009, em São Gabriel, ajuizaram uma ação de indenização contra o Estado do Rio Grande do Sul, com base na responsabilidade civil deste, prevista em lei, pelas ações dos seus servidores públicos.

A sentença reconheceu o direito em causa e condenou o Estado a pagar uma indenização por dano moral sofrido por essas pessoas, no valor de R\$100.000,00 para cada uma. Para a filha, o mesmo julgado reconheceu o direito de ela receber uma pensão de um salário mínimo regional.

No dia 29 de janeiro passado, a 9ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do RS, reformou a sentença, e o fez em reexame necessário (processo nº 70067526939), já que nem as/os familiares do Elton, nem o Estado vencido na ação, interpuseram qualquer recurso contrário à dita sentença.

Sublinhe-se isso: nem o Estado vencido recorreu da referida sentença. Por unanimidade, mesmo assim, com parecer favorável do Ministério Público atuante naquele processo, a Câmara entendeu que o valor da indenização por dano moral deve ser fixado em “R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada uma das autoras (companheira e filha do falecido), e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o pai da vítima, diante das particularidades do caso em concreto, especialmente à condição econômica das partes, a extensão do dano, a punição ao ofensor e a busca do caráter pedagógico da indenização. Para o pensionamento da filha menor “fixar a quantia de um salário mínimo nacional, reduzido o percentual de 1/3, levando-se em conta que se presume que 1/3 dos rendimentos seria utilizado para a própria manutenção do falecido.”

Não faltaram argumentos de muito peso em favor dessa drástica redução, lembranças doutrinárias e acórdãos até de Tribunais sustentando “legalmente” que, em casos tais, deve-se evitar um tal “locupletamento”, garantindo-se esse “caráter pedagógico da indenização”.

O julgado todo, se for minimamente considerada a causa pela qual o Elton foi assassinado, escandaliza, cria uma indignação mais do que justificada nos familiares do Elton e a quem quer que seja dotado de um sentimento mesmo rudimentar de justiça.

Não se lê uma palavra sequer, no acórdão da 9ª Câmara Cível, referindo, por exemplo, o fato de o país testemunhar com muita e triste frequência, decisões judiciais determinando desapossamento de terra, terminarem como aquela que acabou com a vida do Elton. Também ali não se lê nada sobre o fato notório de a vida desse pobre jovem agricultor ter sido interrompida pelo criminoso atraso dos Poderes Públicos em efetivar a reforma agrária, a que têm direito milhões de pobres sem-terra do Brasil, desde que o latifúndio aqui se implantou matando índias/os, quilombolas, grilando terras, desrespeitando posses centenárias, comprando registros, manipulando leis, corrompendo funcionários, montando CPIS em favor de seus privilégios, manipulando a mídia, enganando o povo, cercando e humilhando gente pobre sem defesa e apoio.

Algum/a das/os nossas/os leitoras/es recorda ter havido nesses casos o reconhecimento administrativo ou judicial do locupletamento ilícito, esse sim, dessa barbárie covarde dever indenizar os danos patrimoniais e morais que ela causou, causa e continuará causando às/aos sem-terra e ao país? Alguém tem alguma notícia de os Tribunais brasileiros recomendarem educação “pedagógica” para dar um fim nessa injustiça historicamente repetida?

Pelo contrário, o que mais se ouve é o louvor do mérito desbravador dos bandeirantes no passado, feito à custa de milhares de Eltons, agora imitado por uma determinação judicial de que o próprio dano moral por eles/as sofridos com a morte de um parente “não exagere” na mensuração do valor dessa tragédia e, mais, isso sirva de lição para elas/es e outras/os vítimas da mesma injustiça social pela qual continuam morrendo.

Com muito raras exceções, algum/a juiz/a se atreveu a reconhecer nessas violências a cumplicidade do Estado com a covardia inspiradora dessas violências, dessas agressões à dignidade humana, desses mandados próprios dos Estados de exceção, inconstitucionais não só por ferirem a letra dos direitos sociais de gente pobre que a obriga a ocupar terra para fazê-los valer, mas principalmente pela desumanidade própria das suas execuções, uma delas responsável por esse assassinato.

A morte do Elton não foi considerada suficiente para encher o poço das lágrimas e do grande sofrimento dos seus familiares e companheiras/os. A Nona Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul entendeu de direito e de justiça lhes acrescentar não só a diminuição dos valores com que a sentença mal e mal tentara compensar o que nenhum dinheiro é capaz de pagar, como ainda advertiu-os de que, assim o fazendo, contribui com a educação deles e de todas/os quantas/os brasileiras/os, na sua mesma condição reivindicatória, ousarem, no futuro, se socorrer do Judiciário para “fazer lucro” (?!) em cima da morte de um parente.

Um verdadeiro despropósito. É de se imaginar a vibração e o entusiasmo das/os inimigas das/os sem terra e da reforma agrária com esse julgamento: “Bem feito! Aí está mais um julgado, como muitos outros, forrados por doudas opiniões doutrinárias, para empoderar mais ainda o domínio crescente que temos sobre administradores públicos, leis e tribunais.”

Como outros antecedentes jurisprudenciais, com pretensão “docente” como esse, pode-se fazer uma idéia precisa das razões pelas quais as garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais valem tão pouco como o valor aqui julgado justo para quem confiou no Judiciário, pretendendo ver minimamente reparada a morte desse agricultor. A poderosa influência das/os inimigas da reforma agrária - pretenda ou não o acórdão desse reexame necessário - vai tirar o maior proveito desse julgamento. Vai-se locupletar ilicitamente com a reforma da sentença, baseada na circunstância de o valor da indenização devida pelo Estado, por força de um assassinato como o sofrido pelo Elton, é tão insignificante que uma Câmara de Tribunal de Justiça corta fundo os valores da

indenização devida aos seus familiares e ainda justifica essa redução pelo razão de, mantidos os valores fixados na sentença, eles acabarem lucrando com isso.

Não se sabe se, na 9ª Câmara Cível do TJRS, alguém tinha conhecimento de que o sangue do Elton fecundou a terra de onde o mesmo Poder Judiciário determinou a sua saída, assim provocando a sua morte e provando o injusto e infeliz propósito dela. A famosa Fazenda Southall de São Gabriel, por trágica ironia do seu destino, é hoje um assentamento de agricultoras/es com direito a reforma agrária, testemunhando não ter sido em vão a sua morte se somado a tantas/os outras/os sem-terra assassinados por defenderem esse direito.

Não serve de nenhum consolo para os familiares do Elton esse martírio, mas ele comprova, por mais uma trágica vez, quão diferentes são as garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais quando comparadas com os patrimoniais. A rapidez com que o mandado judicial de reintegração de posse acabou por assassiná-lo, levou-o para o túmulo no dia seguinte ao da sua morte, acompanhado por multidão de sem-terras, movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos e apoiadoras/es do MST. Já o processo crime que apura a responsabilidade do policial militar que o matou, não tem a mesma pressa. Há quase seis anos vai tramitando ao ritmo do desinteresse habitual e costumeiro com que o Poder Judiciário caminha, honrosas exceções a parte. Daqui a pouco prescreve e o nosso chamado Estado de direito dá por cumprida mais uma das suas injustas atuações. Como a história ensina, a esperança de esse cortejo fúnebre ter seu fim não morre no coração de quem, como Elton Brum da Silva, ressuscita em cada ocupação de terra usurpada pelo poder do latifúndio atestando ser ela mãe, fonte de vida comum, acessível a todas/os as/os suas/seus filhas/os, e não propriedade exclusiva de quem dela abusa, explora e mata como matou o Elton.

Quanto vale a vida de um sem-terra assassinado? Jacques Távora Alfonsin. Carta Maior. 11/02/2016.

O caso do sem-terra assassinado no RS comprova o quão diferentes são as garantias devidas aos direitos humanos quando comparadas com os patrimoniais.

A companheira, a filha e o pai do agricultor Elton Brum da Silva, assassinado pelas costas por um policial militar, durante a execução judicial de um mandado de reintegração de posse, no dia 21 de agosto de 2009, em São Gabriel, ajuizaram uma ação de indenização contra o Estado do Rio Grande do Sul, com base na responsabilidade civil deste, prevista

em lei, pelas ações dos seus servidores públicos. A sentença reconheceu o direito em causa e condenou o Estado a pagar uma indenização por dano moral sofrido por essas pessoas, no valor de R\$100.000,00 para cada uma. Para a filha, o mesmo julgando reconheceu o direito de ela receber uma pensão de um salário mínimo regional.

No dia 29 de janeiro passado, a 9ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do RS, reformou a sentença, e o fez em reexame necessário (processo nº 70067526939), já que nem as/os familiares do Elton, nem o Estado vencido na ação, interpuseram qualquer recurso contrário à dita sentença.

Sublinhe-se isso: nem o Estado vencido recorreu da referida sentença. Por unanimidade, mesmo assim, com parecer favorável do Ministério Público atuante naquele processo, a Câmara entendeu que o valor da indenização por dano moral deve ser fixado em “R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada uma das autoras (companheira e filha do falecido), e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o pai da vítima, diante das particularidades do caso em concreto, especialmente à condição econômica das partes, a extensão do dano, a punição ao ofensor e a busca do caráter pedagógico da indenização. Para o pensionamento da filha menor “fixar a quantia de um salário mínimo nacional, reduzido o percentual de 1/3, levando-se em conta que se presume que 1/3 dos rendimentos seria utilizado para a própria manutenção do falecido.”

Não faltaram argumentos de muito peso em favor dessa drástica redução, lembranças doutrinárias e acórdãos até de Tribunais sustentando “legalmente” que, em casos tais, deve-se evitar um tal “locupletamento”, garantindo-se esse “caráter pedagógico da indenização”.

O julgando todo, se for minimamente considerada a causa pela qual o Elton foi assassinado, escandaliza, cria uma indignação mais do que justificada nos familiares do Elton e a quem quer que seja dotado de um sentimento mesmo rudimentar de justiça.

Não se lê uma palavra sequer, no acórdão da 9ª Câmara Cível, referindo, por exemplo, o fato de o país testemunhar com muita e triste frequência, decisões judiciais determinando desapossamento de terra, terminarem como aquela que acabou com a vida do Elton. Também ali não se lê nada sobre o fato notório de a vida desse pobre jovem agricultor ter sido interrompida pelo criminoso atraso dos Poderes Públicos em efetivar a reforma agrária, a que têm direito milhões de pobres sem-terra do Brasil, desde que o latifúndio

aqui se implantou matando índias/os, quilombolas, grilando terras, desrespeitando posses centenárias, comprando registros, manipulando leis, corrompendo funcionários, montando CPIS em favor de seus privilégios, manipulando a mídia, enganando o povo, cercando e humilhando gente pobre sem defesa e apoio.

Algum/a das/os nossas/os leitoras/es recorda ter havido nesses casos o reconhecimento administrativo ou judicial do locupletamento ilícito, esse sim, dessa barbárie covarde dever indenizar os danos patrimoniais e morais que ela causou, causa e continuará causando às/aos sem-terra e ao país? Alguém tem alguma notícia de os Tribunais brasileiros recomendarem educação “pedagógica” para dar um fim nessa injustiça historicamente repetida?

Pelo contrário, o que mais se ouve é o louvor do mérito desbravador dos bandeirantes no passado, feito à custa de milhares de Eltons, agora imitado por uma determinação judicial de que o próprio dano moral por eles/as sofridos com a morte de um parente “não exagere” na mensuração do valor dessa tragédia e, mais, isso sirva de lição para elas/es e outras/os vítimas da mesma injustiça social pela qual continuam morrendo.

Com muito raras exceções, algum/a juiz/a se atreveu a reconhecer nessas violências a cumplicidade do Estado com a covardia inspiradora dessas violências, dessas agressões à dignidade humana, desses mandados próprios dos Estados de exceção, inconstitucionais não só por ferirem a letra dos direitos sociais de gente pobre que a obriga a ocupar terra para fazê-los valer, mas principalmente pela desumanidade própria das suas execuções, uma delas responsável por esse assassinato.

A morte do Elton não foi considerada suficiente para encher o poço das lágrimas e do grande sofrimento dos seus familiares e companheiras/os. A Nona Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul entendeu de direito e de justiça lhes acrescentar não só a diminuição dos valores com que a sentença mal e mal tentara compensar o que nenhum dinheiro é capaz de pagar, como ainda advertiu-os de que, assim o fazendo, contribui com a educação deles e de todas/os quantas/os brasileiras/os, na sua mesma condição reivindicatória, ousarem, no futuro, se socorrer do Judiciário para “fazer lucro” (!?) em cima da morte de um parente.

Um verdadeiro despropósito. É de se imaginar a vibração e o entusiasmo das/os inimigas das/os sem terra e da reforma agrária com esse julgamento: “Bem feito! Aí está mais um julgado, como muitos outros, forrados por doudas opiniões doutrinárias, para empoderar mais ainda o domínio crescente que temos sobre administradores públicos, leis e tribunais.”

Como outros antecedentes jurisprudenciais, com pretensão “docente” como esse, pode-se fazer uma idéia precisa das razões pelas quais as garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais valem tão pouco como o valor aqui julgado justo para quem confiou no Judiciário, pretendendo ver minimamente reparada a morte desse agricultor. A poderosa influência das/os inimigas da reforma agrária - pretenda ou não o acórdão desse reexame necessário - vai tirar o maior proveito desse julgamento. Vai-se locupletar ilicitamente com a reforma da sentença, baseada na circunstância de o valor da indenização devida pelo Estado, por força de um assassinato como o sofrido pelo Elton, é tão insignificante que uma Câmara de Tribunal de Justiça corta fundo os valores da indenização devida aos seus familiares e ainda justifica essa redução pelo razão de, mantidos os valores fixados na sentença, eles acabarem lucrando com isso.

Não se sabe se, na 9ª Câmara Cível do TJRS, alguém tinha conhecimento de que o sangue do Elton fecundou a terra de onde o mesmo Poder Judiciário determinou a sua saída, assim provocando a sua morte e provando o injusto e infeliz propósito dela. A famosa Fazenda Southall de São Gabriel, por trágica ironia do seu destino, é hoje um assentamento de agricultoras/es com direito a reforma agrária, testemunhando não ter sido em vão a sua morte se somado a tantas/os outras/os sem-terra assassinados por defenderem esse direito.

Não serve de nenhum consolo para os familiares do Elton esse martírio, mas ele comprova, por mais uma trágica vez, quão diferentes são as garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais quando comparadas com os patrimoniais. A rapidez com que o mandado judicial de reintegração de posse acabou por assassiná-lo, levou-o para o túmulo no dia seguinte ao da sua morte, acompanhado por multidão de sem-terras, movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos e apoiadoras/es do MST. Já o processo crime que apura a responsabilidade do policial militar que o matou, não tem a mesma pressa. Há quase seis anos vai tramitando ao ritmo do desinteresse habitual e costumeiro com que o Poder Judiciário caminha, honrosas exceções a parte. Daqui a pouco prescreve e o nosso chamado Estado de direito dá por cumprida mais uma das suas injustas atuações. Como a história ensina, a esperança de esse cortejo fúnebre ter seu fim não morre no coração de quem, como Elton Brum da Silva, ressuscita em cada ocupação de terra usurpada pelo poder do latifúndio atestando ser ela mãe, fonte de vida comum, acessível a todas/os as/os suas/seus filhas/os, e não propriedade exclusiva de quem dela abusa, explora e mata como matou o Elton.

Quem matou Dorothy Stang continua matando. Jacques Távora Alfonsin. Carta Maior. 12/02/2016.

A repercussão desse assassinato deu a impressão que a violência de crimes praticados por motivos idênticos diminuiria. Os fatos provam o contrário.

Camponesas e camponeses de Anapu, no sul do Pará, certamente vão se reunir neste 12 de fevereiro, para lembrar a morte da freira Dorothy Stang, uma fiel e dedicada companheira delas/es, religiosa conhecida por sua coragem e disposição, assassinada em razão de sua luta em favor do povo pobre daquela região, da reforma agrária, e contra o desmatamento crescente que lá se verificava, promovido por latifundiários interessados, como em outros lugares do país, na expansão do plantio de soja, na conquista de espaço para o gado, em mineração e em vender madeira.

A repercussão nacional e internacional desse assassinato deu a impressão, como já ocorrera com o massacre de Eldorado do Carajás, sintomaticamente acontecido no mesmo Estado do Pará, que a violência de crimes praticados por motivos idênticos ao que matou Dorothy, se não fosse eliminada, pelo menos diminuiria. Os fatos posteriores vêm provando o contrário, chamando a atenção até de órgãos da imprensa estrangeira como é o caso do Financial Times. Na sua edição de 10 de dezembro passado, abriu matéria sob a seguinte manchete: “Terras sem lei ameaçam compromisso climático brasileiro.”

É que estava em andamento naquela semana a COP 21, em Paris, encontro no qual o Brasil se comprometeu, segundo a mesma notícia, a acabar com o desmatamento ilegal, aqui, até 2030... O jornal manifestava pouco acreditar nisso (mesmo um prazo dessa extensão não ser nada pequeno, levando-se em conta a gravidade do problema) diante de mais um assassinato ocorrido então na mesma Anapu. Winslei Gonçalves Barbosa, de 23 anos, fora emboscado e morto:

“Uma bala está alojada em seu capacete, que rolou para o lado. Mas a polícia ainda não chegou e muito menos começou a buscas pelos seus assassinos. É mais um sinal da ausência de lei e da violência que afligem grande parte da Amazonia brasileira – problemas que têm um peso direto nas discussões globais que estão perto de um desfecho em Paris nesta semana.”

Sobre o trabalho da Irmã Dorothy, a notícia refere: “Tomar partido dos sem-terras foi parte do trabalho de Stang, cuja memória é homenageada em Anapu por uma procissão

anual comemorativa através da cidade empoeirada, junto com o Fusca branco dela, muito bem cuidado. Stang defendeu dois grandes “projetos de desenvolvimento sustentável” em terras governamentais que os pecuaristas ocuparam: Esperança, onde Gonçalves Barbosa foi assassinado, e Virola-Jatobá. A ideia de Stang era permitir que os sem-terras fossem assentados em troca da preservação de grande parte da floresta. Um grupo de fazendeiros comandado por Reginaldo Pereira Galvão, conhecido como “Taradão”, encomendou seu assassinato para barrar a execução dos projetos. Galvão foi condenado pelo crime a 30 anos de prisão, mas continua solto após apresentar recurso e aguarda o resultado.”

Uma crítica procedente de um jornal estrangeiro pode ser colocada sob reserva, mas se ela for comparada com dados da própria CPT, recolhidos pelo site Agência Brasil no início de janeiro passado, tem-se de reconhecer como bem fundadas as desconfianças ali manifestadas sobre o nosso Estado de Direito:

“O número de assassinatos decorrentes de conflitos no campo em 2015 foi o maior dos últimos 12 anos no Brasil, com 49 mortes registradas, a maior parte na Região Norte” “A CPT ressalva, no entanto, que os dados são ainda parciais e podem vir a aumentar à medida que sejam consolidadas as informações provenientes do trabalho in loco.” “O número de mortes decorrentes de conflitos no campo no ano passado foi o maior desde 2003, quando foram contabilizados 73 assassinatos.” ” O Norte do país é um barril de pólvora“, disse o coordenador da CPT em Pernambuco, Plácido Júnior, responsável pela compilação dos dados nacionais: Além do avanço do agronegócio tradicional, acreditamos que o aumento das tensões no campo em 2015 tenha relação com maiores disputas por recursos como madeira e água, o prosseguimento de grandes empreendimentos de mineração e energia e a diminuição no número de assentamentos e demarcações.” “Dados da entidade mostram que de 1.115 casos de homicídio decorrentes de conflitos no campo registrados entre 1985 e 2014, 12 foram julgados.”

A convivência com uma realidade de tamanha injustiça não pode continuar anestesiando a nação como se toda ela só dissesse respeito às vítimas dos seus trágicos efeitos. O passado tem-nos mostrado quantas pessoas “de fora” vêm para cá, escandalizadas com isso e por motivos bem diferentes das grandes empresas transnacionais. Oferecem as suas próprias vidas em defesa da nossa terra e da nossa gente, como fez a Irmã Dorothy e muitas/os missionárias/os.

O Frei Henri Burin des Roziers, advogado da CPT em Xinguara, também no Pará, tem de andar acompanhado de seguranças, como outras pessoas do clero e fora dele, ameaçado de morte como está. Em uma entrevista concedida à uma revista, anos passados, quando essa segurança praticamente lhe foi imposta, tão grande era o temor de se repetir o acontecido com a Irmã Dorothy, ele disse tudo o que precisa ser dito, a respeito da segurança e da paz a que têm direito as/os camponesas/os brasileiras. Por rejeitar o privilégio a ele conferido, por ser quem é, preferiria viver sem escolta alguma, num Estado garante de segurança para todas/os, fruto de uma convivência fraterna sobre terra, na qual a reforma agrária tivesse alcançado reparti-la de forma justa, não usurpada por poucos, em favor da reprodução da pobreza e em prejuízo da maioria.

Quem matou Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005, continua matando. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 12/02/2016.

A repercussão desse assassinato deu a impressão que a violência de crimes praticados por motivos idênticos, se não fosse eliminada, pelo menos diminuiria. Os fatos posteriores vêm provando o contrário.

Camponesas e camponeses de Anapu, no sul do Pará, certamente vão se reunir neste 12 de fevereiro, para lembrar a morte da freira Dorothy Stang, uma fiel e dedicada companheira delas/es, religiosa conhecida por sua coragem e disposição, assassinada em razão de sua luta em favor do povo pobre daquela região, da reforma agrária, e contra o desmatamento crescente que lá se verificava, promovido por latifundiários interessados, como em outros lugares do país, na expansão do plantio de soja, na conquista de espaço para o gado, em mineração e em vender madeira.

A repercussão nacional e internacional desse assassinato deu a impressão, como já ocorrera com o massacre de Eldorado do Carajás, sintomaticamente acontecido no mesmo Estado do Pará, que a violência de crimes praticados por motivos idênticos ao que matou Dorothy, se não fosse eliminada, pelo menos diminuiria.

Os fatos posteriores vêm provando o contrário, chamando a atenção até de órgãos da imprensa estrangeira como é o caso do Financial Times. Na sua edição de 10 de dezembro passado, abriu matéria sob a seguinte manchete: “Terras sem lei ameaçam compromisso climático brasileiro.”

É que estava em andamento naquela semana a COP 21, em Paris, encontro no qual o Brasil se comprometeu, segundo a mesma notícia, a acabar com o desmatamento ilegal,

aqui, até 2030... O jornal manifestava pouco acreditar nisso (mesmo um prazo dessa extensão não ser nada pequeno, levando-se em conta a gravidade do problema) diante de mais um assassinato ocorrido então na mesma Anapu. Winslei Gonçalves Barbosa, de 23 anos, fora emboscado e morto:

“Uma bala está alojada em seu capacete, que rolou para o lado. Mas a polícia ainda não chegou e muito menos começou a buscas pelos seus assassinos. É mais um sinal da ausência de lei e da violência que afligem grande parte da Amazonia brasileira – problemas que têm um peso direto nas discussões globais que estão perto de um desfecho em Paris nesta semana.”

Sobre o trabalho da Irmã Dorothy, a notícia refere: “Tomar partido dos sem-terras foi parte do trabalho de Stang, cuja memória é homenageada em Anapu por uma procissão anual comemorativa através da cidade empoeirada, junto com o Fusca branco dela, muito bem cuidado. Stang defendeu dois grandes “projetos de desenvolvimento sustentável” em terras governamentais que os pecuaristas ocuparam: Esperança, onde Gonçalves Barbosa foi assassinado, e Virola-Jatobá. A ideia de Stang era permitir que os sem-terras fossem assentados em troca da preservação de grande parte da floresta. Um grupo de fazendeiros comandado por Reginaldo Pereira Galvão, conhecido como “Taradão”, encomendou seu assassinato para barrar a execução dos projetos. Galvão foi condenado pelo crime a 30 anos de prisão, mas continua solto após apresentar recurso e aguarda o resultado.”

Uma crítica procedente de um jornal estrangeiro pode ser colocada sob reserva, mas se ela for comparada com dados da própria CPT, recolhidos pelo site Agência Brasil no início de janeiro passado, tem-se de reconhecer como bem fundadas as desconfianças ali manifestadas sobre o nosso Estado de Direito:

“O número de assassinatos decorrentes de conflitos no campo em 2015 foi o maior dos últimos 12 anos no Brasil, com 49 mortes registradas, a maior parte na Região Norte” “A CPT ressalva, no entanto, que os dados são ainda parciais e podem vir a aumentar à medida que sejam consolidadas as informações provenientes do trabalho in loco.” “O número de mortes decorrentes de conflitos no campo no ano passado foi o maior desde 2003, quando foram contabilizados 73 assassinatos.” ” O Norte do país é um barril de pólvora“, disse o coordenador da CPT em Pernambuco, Plácido Júnior, responsável pela compilação dos dados nacionais: Além do avanço do agronegócio tradicional, acreditamos que o aumento das tensões no campo em 2015 tenha relação com maiores disputas por recursos como madeira e água, o prosseguimento de grandes empreendimentos de mineração e energia e a diminuição no número de assentamentos e

demarcações.” “Dados da entidade mostram que de 1.115 casos de homicídio decorrentes de conflitos no campo registrados entre 1985 e 2014, 12 foram julgados.”

A convivência com uma realidade de tamanha injustiça não pode continuar anestesiando a nação como se toda ela só dissesse respeito às vítimas dos seus trágicos efeitos. O passado tem-nos mostrado quantas pessoas “de fora” vêm para cá, escandalizadas com isso e por motivos bem diferentes das grandes empresas transnacionais. Oferecem as suas próprias vidas em defesa da nossa terra e da nossa gente, como fez a Irmã Dorothy e muitas/os missionárias/os.

O Frei Henri Burin des Roziers, advogado da CPT em Xinguara, também no Pará, tem de andar acompanhado de seguranças, como outras pessoas do clero e fora dele, ameaçado de morte como está. Em uma entrevista concedida à uma revista, anos passados, quando essa segurança praticamente lhe foi imposta, tão grande era o temor de se repetir o acontecido com a Irmã Dorothy, ele disse tudo o que precisa ser dito, a respeito da segurança e da paz a que têm direito as/os camponesas/os brasileiras. Por rejeitar o privilégio a ele conferido, por ser quem é, preferiria viver sem escolta alguma, num Estado garante de segurança para todas/os, fruto de uma convivência fraterna sobre terra, na qual a reforma agrária tivesse alcançado reparti-la de forma justa, não usurpada por poucos, em favor da reprodução da pobreza e em prejuízo da maioria.

Pelo etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais. Site do MDA. 12/02/2016.

Os quilombolas são parte importante da cultura brasileira e por vezes desconhecidos de muitas pessoas. Talvez por isso, apesar da riqueza cultural, as dificuldades enfrentadas para preservação são imensas. Em 2011, por meio da Resolução nº 83 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) foi criado o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Um dos objetivos do Comitê é propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o etnodesenvolvimento junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, que desenvolvam atividades rurais, e na implementação de condições de acesso às políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas. Conversamos com coordenador de políticas para comunidades quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Quener Chaves dos Santos, que faz um breve histórico e conta os avanços conquistados pelas comunidades quilombolas.

Desde quando as comunidades quilombolas são reconhecidas pelo Governo Federal?

Primeiro acho importante recuperar um pouco da trajetória da questão quilombola no Brasil. Historicamente desde 1500, quando os africanos vieram escravizados para o Brasil, houve resistência ao modelo escravocrata de produção. E os quilombos foram uma forma de rebelião contra aquele modelo de desenvolvimento econômico centrado na monocultura para exportações. Em um primeiro momento com foco no cultivo de açúcar e num segundo com o café. Eles sempre tiveram esses processos de resistência, onde os quilombos eram uma das principais formas de resistências desses africanos escravizados. Aí tem um lapso histórico importante, em 1988 quando foi feita a revisão constitucional. Fruto da organização do movimento social negro, tanto rural como urbano, na Constituição foi incluído o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias que atribuiu ao Estado brasileiro a regulação fundiária das áreas quilombolas. Na estrutura do estado, a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, fica responsável por reconhecer e regularizar os territórios quilombolas.

Eu faço esse resgate histórico por que ele é importante do ponto de vista que com a primeira eleição do ex-presidente Lula em 2002 ocorreu uma modificação importante nessa política da questão quilombola no Brasil. Lula acolhe uma reivindicação histórica do movimento social quilombola e do movimento social negro brasileiro e repassa para o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) a regularização fundiária dos territórios quilombolas. O que se percebeu naquele momento é de que a Fundação Palmares não tinha técnicos, não tinha a expertise para a função daquela tarefa a qual foi atribuída. O ex-presidente Lula, por meio do decreto 4887/2003, regulariza todo funcionamento da política brasileira para quilombos. Cria o programa Brasil Quilombola, um programa que articula o conjunto das ações nos diferentes Ministérios voltados para os quilombos e o Incra assume a regularização fundiária.

O que ocorria anteriormente, a Fundação Palmares emitia o título só que não criava as condições para a efetivação da regularização, principalmente por que não destinava recursos para a desintração das áreas. Particularmente com a entrada do presidente Lula, este funcionamento foi regularizado.

Quem é responsável por esse processo de reconhecimento das comunidades quilombolas?

É Fundação Cultural Palmares. A certificação é feita a partir de uma solicitação da própria comunidade. Então elas encaminham atas, um conjunto de documentos que são analisados pela Fundação. Confirmada a legitimidade do pleito, a fundação emite a certidão de reconhecimento.

Temos quantas dessas comunidades no Brasil?

Hoje a gente tem já reconhecida pela fundação Palmares 2648 comunidades quilombolas no Brasil. A sua grande maioria concentra na região Nordeste com cerca de 63% das comunidades quilombolas. Os estados com maior concentração são a Bahia com 660 comunidades, o Maranhão vem em segundo com 594 e Minas Gerais é a terceiro estado com 242 comunidades quilombolas certificadas. Hoje o movimento social avalia que devem ter mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil.

Por que é importante identificar e reconhecer essas comunidades?

É importante por que, como eu falei, no governo Lula criou um conjunto de políticas públicas específicas para essa população. Se pegarmos o Programa de Aquisição de Alimentos, ali tem um recorte que prioriza a compra de produtos dessas comunidades. Na área da Saúde, Educação, Minha Casa Minha Vida, o conjunto de programa sociais do Governo Federal tem o recorte de prioridade para essas públicas mais necessitados. Então é importante que essas comunidades sejam identificadas, pois a partir deste reconhecimento elas estão aptas a acessarem programas sociais.

Existem políticas publicas especialmente pensada para os quilombolas? Quais?

Na verdade a luta do movimento social e dos governos, é criar possibilidades para esses públicos acessem o conjunto das políticas públicas do governo. Muitas vezes as comunidades não sabem que são prioritárias nessas políticas. Então, a atribuição do governo é criar condições para que essas populações acessem essas políticas. Não é objeto criar políticas localizadas, mas criar possibilidades deles acessarem esse grupo de políticas existentes.

Tanto que nós aqui do MDA, partir do nosso Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), lançamos em 2003 um guia de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais. Orientações de quais são as políticas, como é que esse público pode acessar. Outro exemplo importante da

ação do MDA foi a inclusão do eixo do etnodesenvolvimento na II Conferência de Desenvolvimento Rural e Sustentável Solidária. Trata-se de uma forma incluir os Povos e Comunidades Tradicionais nas discussões referente ao desenvolvimento do rural brasileiro. Outro exemplo foi a inclusão de cotas para PCT(s) na 2ª Conferência de Nacional de Ater.

Outra ação nossa é a ampliação do acesso dos quilombolas Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Se pegarmos o número de unidades familiares e o número de DAP(s) no Brasil ele é muito próximo, já quando recortamos para o público quilombola, percebemos que ainda existe uma defasagem grande.

Outra ação diz respeito a ampliar o acesso dos quilombolas a assistência técnica e extensão com fomento ligada ao Plano Brasil Sem Miséria. Nossa meta é fechar 2016 com aproximadamente 20 mil famílias quilombolas sendo assistidas, a partir de um modelo de ater leve em consideração a realidade dessas pessoas e os obstáculos para o acesso as políticas públicas. Também, estamos trabalhando na questão das compras institucionais. O Governo Federal está orientando que todos os órgãos da administração direta e indireta comprem, no mínimo, 30% da agricultura familiar. Estamos trabalhando na perspectiva de capacitar este público para o acesso às compras institucionais. Também estamos estimulando o cooperativismo nessas comunidades.

Recentemente foi lançado o selo Quilombos do Brasil. Do que se trata essa certificação?

Trata-se de uma reivindicação do próprio movimento social em diálogo com o MDA para identificar os produtos oriundos de comunidades quilombolas. Você agrega valor a partir do momento que identifica que é um produto quilombola. Além disso, ele também carrega uma questão política, pois reforça que os quilombolas são agricultores familiares e que contribuem com a geração de alimentos saudáveis. Já emitimos cerca de 45 selos, para aproximadamente 500 agricultores. O selo é uma parceria entre o MDA e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O selo também amplia as possibilidades de comercialização para os produtos quilombolas

E para 2016, teremos alguma novidade?

Dialogando com o próprio Plano Plurianual 2016/2019, a ideia é continuar ampliando o acesso dos quilombolas a ater. Vamos trabalhar na formação de agentes quilombolas com

foco na agroecologia. Outra ação é contribuir com a agroindustrialização da produção dos quilombolas. De modo geral, eles têm dificuldades de acessar máquinas e equipamentos para a qualificar a produção. Vamos trabalhar também para incentivar o cooperativismo e o acesso ao mercado de compras institucionais. Para isso, vamos incentivar que eles tirem DAP jurídica. Outra meta é estimular a participação dos quilombolas na política territorial. Com relação ao Selo Quilombos do Brasil, nossa meta é atingir 600 selos até 2019. Para finalizar, outra prioridade é ampliar a Coleção Terras de Quilombos. A iniciativa é uma parceria entre o MDA/Incrá e a Universidade Federal de Minas Gerais. A UFMG está transformando os laudos antropológicos em pequenos livretos que contam a história das comunidade.

Incrá/PI assina 50 contratos de crédito Fomento Mulher no município de Altos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/02/2016

A Superintendência Regional do Incra no Piauí participou, na manhã do último sábado (13), de solenidade organizada pela Prefeitura Municipal de Altos em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, na qual foram assinados 50 contratos de crédito Fomento Mulher. O evento aconteceu na Unidade Escolar Afonso Mafrense.

“A assinatura dos contratos vai beneficiar 807 mulheres assentadas em 20 assentamentos de Altos e do projeto de assentamento Quilombo III, em José de Freitas”, disse o superintendente regional do Incra/PI, Oscar Procópio.

O crédito Fomento Mulher é disponibilizado pelo Incra para mulheres assentadas que são atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É necessário ter o cadastro atualizado no Incra, estar inscrita no CadÚnico e não ter recebido crédito Apoio Mulher anteriormente. O valor do crédito é de até R\$ 3 mil por mulher assentada.

O crédito pode ser utilizado para diversas atividades, entre as quais: implantação de quintais produtivos - que é o cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais - e a criação de pequenos animais, como porcos e galinhas.

O evento contou ainda com participação de representantes da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Piauí; da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) - que entregou 81 kits de irrigação e uma patrulha agrícola; e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), que distribuiu 1.200 quilos de sementes de feijão, 700 quilos de milho e 1.000 mudas de caju.

Curso de Direito da Terra é lançado em Marabá (PA). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/02/2016

Após muita expectativa por parte dos assentados da reforma agrária do Norte do país, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) lançou, na sexta-feira (12), o edital do primeiro Processo Seletivo Especial de 2016 (PSE 2016-1), destinado ao preenchimento de 50 vagas no curso de bacharelado em Direito, denominado Direito da Terra. A formação é oferecida, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), a jovens e adultos de assentamentos criados ou reconhecidas pelo Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O processo seletivo terá duas etapas, executadas pelo Centro de Processos Seletivos da Universidade Federal do Pará (CEPS/UFPA), em parceria com a Unifesspa. Para participar, o candidato deve ter concluído o ensino médio ou equivalente, além de não possuir outra graduação. As duas fases da seleção vão ser realizadas na cidade de Marabá. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>, a partir das 14h desta terça-feira (16) até às 17h do dia 07 de março, observado o horário de Marabá. A prova objetiva e a redação em Língua Portuguesa serão realizadas no dia 03 de abril, das 14h às 18h.

No caso dos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou em projetos de assentamentos realizados por outros órgãos, reconhecidos pelo Incra, serão beneficiários os titulares da parcela e seus dependentes. Os titulares devem apresentar declaração do Incra, emitida pela superintendência regional da autarquia, que confirme a condição de assentado, além de documento oficial.

Dos dependentes será exigida a apresentação de declaração de dependência assinada pelo titular, acompanhada de declaração emitida pelo Incra confirmando a condição de titularidade e documento oficial.

Para os beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNFC), a declaração de titular da parcela deve ser fornecida pela Unidade Técnica Estadual (UTE) do programa. No caso de dependentes, será exigida a apresentação de declaração de dependência assinada pelo titular, acompanhada de declaração emitida pelo UTE e um documento oficial.

A documentação comprobatória, original ou autenticada em cartório, precisa ser entregue, junto com boleto de pagamento (apesar de não haver cobrança de taxa, o candidato

precisará imprimir o boleto para comprovar a inscrição), no período de 16/02/16 a 08/03/2016, na Secretaria do Instituto de Estudos em Direito e Sociedade (IEDS), Sala 25, no horário das 14h às 18h, no endereço Folha, 31, Quadra 07, Lote Especial, Nova Marabá, Marabá (PA), CEP 68.507.590. O candidato também poderá enviar a documentação via Sedex, dentro do prazo citado.

Alternância

O início das aulas está previsto para o 2º período letivo de 2016. O curso, com duração de cinco anos, será ministrado no campus I da Unifesspa, em Marabá, na modalidade presencial, em regime de alternância pedagógica. A metodologia de ensino prevê dois momentos de formação: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, com atividades organizadas em calendário próprio para a integralização curricular.

O Tempo Universidade será desenvolvido com aulas presenciais nas dependências da Unifesspa. Já o Tempo Comunidade ocorre nas comunidades de origem dos estudantes, para o cumprimento do fluxo curricular, com acompanhamento dos professores.

Acampados e assentados ocupam o Incra em luta pela Reforma Agrária em Goiás. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 15/02/2016

Cerca de 800 acampados e assentados de todo estado ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) estão em protesto, nesse momento, no pátio da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os trabalhadores e trabalhadoras rurais afirmam que não sairão da unidade até serem recebidos pela diretoria do órgão.

Os acampados e assentados reivindicam medidas que agilizem a Reforma Agrária em Goiás, além de cobrar políticas públicas que beneficiem a produção e comercialização da agricultura familiar. Em pauta, os trabalhadores rurais pedem celeridade na obtenção de terras, o encaminhamento de processos parados no Incra, a regularização de parcelas, a titularização dos lotes da Reforma Agrária, crédito e fomento para assentados e vistorias em terras que já foram designadas para a Reforma Agrária.

Outra demanda importante, segundo Luiz Pereira Neto, diretor de Política Agrária da Fetaeg, é o pleno funcionamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário em Goiás, que depende da unidade técnica estadual (UTE). “O programa está parado no estado, porque as unidades técnicas não funcionam. Com isso, os trabalhadores rurais são cada dia mais prejudicados, porque não conseguem se estabelecer na terra, não produzem e

não comercializam”, afirma. Luiz Neto também critica o andamento da Reforma Agrária. “Temos famílias acampadas por todo o estado há anos, aguardando serem assentadas. Já fizemos o requerimento de várias propriedades rurais, mas os processos estão travados no Incra. Tentamos o diálogo com os representantes estaduais do órgão várias vezes, mas nada foi resolvido”, explica.

O diretor ainda afirma que, se for preciso, ficarão na unidade do Incra-GO até chamarem a atenção da diretoria nacional do órgão.

Ocupação do INCRA e audiência marcam mais um capítulo de reivindicações do MSTTR no Goiás. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/02/2016

Grupo que representa os acampados(as) e assentados(as) que protestaram no Incra-GO durante toda essa segunda-feira, 15 de fevereiro, esteve em audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

A reunião contou com a presença de dirigentes sindicais, coordenadores(as) de acampamentos goianos, diretores(as) da Fetaeg e da Contag.

Enquanto o grupo esteve em Brasília na audiência, cerca de 1200 acampados(as) e assentados(as) permaneceram com a ocupação no pátio da unidade do Incra em Goiânia. Os acampados(as) e assentados(as) reivindicam medidas que agilizem a Reforma Agrária em Goiás, além de cobrar políticas públicas que beneficiem a produção e comercialização da agricultura familiar. Em pauta, os trabalhadores rurais pedem celeridade na obtenção de terras, o encaminhamento de processos parados no Incra, a regularização de parcelas, a titularização dos lotes da Reforma Agrária, crédito e fomento para assentados e vistorias em terras que já foram designadas para a Reforma Agrária.

Outra demanda importante, segundo Luiz Pereira Neto, diretor de Política Agrária da Fetaeg, é o pleno funcionamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário em Goiás, que depende da unidade técnica estadual (UTE). “O programa está parado no estado, porque as unidades técnicas não funcionam. Com isso, os trabalhadores rurais são cada dia mais prejudicados, porque não conseguem se estabelecer na terra, não produzem e não comercializam”, afirma. Luiz Neto também critica o andamento da Reforma Agrária. “Temos famílias acampadas por todo o estado há anos, aguardando serem assentadas. Já

fizemos o requerimento de várias propriedades rurais, mas os processos estão travados no Incra.

Tentamos o diálogo com os representantes estaduais do órgão várias vezes, mas nada foi resolvido”, explica.

O diretor ainda afirma que, se for preciso, ficarão na unidade do Incra-GO até chamarem a atenção da diretoria nacional do órgão.

Organização e solidariedade barram despejo forçado em Atalaia. Gustavo Marinho e rafael Soriano. Site do MST. 16/02/2016.

Diversos movimentos se juntaram ao acampamento dos Sem Terra e impediram que a polícia militar realizasse o despejo das famílias.

A solidariedade de diversos movimentos populares e sindicatos conseguiram suspender o despejo do acampamento São José, localizado na fazenda São Sebastião em Atalaia (AL) - 45 km de Maceió -, que estava marcado para esta segunda-feira (15).

As movimentações da Polícia Militar acercando o acampamento com cavalarias e até ambulâncias não foram suficientes para arrefecer o processo de resistência das famílias e a ampla solidariedade dos movimentos populares e da sociedade alagoana com o acampamento.

“O alerta permanece, e toda essa capacidade de organização para resistir das famílias e de solidariedade que recebemos dos demais movimentos de luta pela terra e dos companheiros da cidade somente reforçam o sentimento de continuar a luta pela reforma agrária, pelo acesso à terra e aos direitos”, ressalta José Roberto, da direção nacional do MST. “Uma vitória para o MST, evitando o despejo e o agravamento da situação dessas famílias”, conclui.

Estiveram presentes na manhã desta segunda no acampamento São José, na Zona Rural de Atalaia, representantes de diversos movimentos sociais do campo alagoano, entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), a Via do Trabalho, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), entre outros. Também somaram forças os sindicatos dos trabalhadores da educação e dos bancários, bem como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

“O estado doava a terra pra o fazendeiro escravizar antigamente, hoje tem muita diferença? Veja o caso do cortador de cana-de-açúcar nos contextos atuais”, reflete Izac Jackson, da CUT, condenando o papel do Estado brasileiro sempre em favor das elites.

“O valor dessa resistência é imensurável: é um marco pela história de resistência de cada um de vocês. É um marco pela vida de um trabalhador que está presente entre nós em espírito, nos dando força”, avalia.

Preparados para o enfrentamento, bem como diziam as falas que animavam a multidão, os sindicalistas deram uma força extra à resistência. “Essa tristeza que passamos se transforma em oxigênio para luta, em esperança. Por isso estamos aqui, toda classe trabalhadora unida para resistir e dar o recado claro: essa terra será efetivamente de cada trabalhador, cada trabalhadora! É simbólica e será conquistada!”, disse Izac.

Desde o início da manhã, havia toda uma movimentação das tropas da polícia militar, caminhões, carros-pipa, ambulâncias; toda uma infraestrutura disponibilizada pela Prefeitura contra as famílias, que contraditoriamente sofrem com a negligência do acesso à políticas públicas no dia a dia.

“Mais uma vez nos surpreende a ação ágil do município quando para atender o interesse do Estado burguês e dos fazendeiros, disponibilizando toda estrutura contra as famílias”, alertou José Roberto.

Enquanto o Estado tem total disponibilidade para a resolução do interesse de posse dos grupos oligarcas da região, a política de Reforma Agrária, seja na divisão das terras ou na garantia de acesso aos demais direitos de moradia digna, assistência técnica adequada, subsídios, educação e outros, é negligenciada. “Só se resolve um lado, e a grande dívida histórica e social com os trabalhadores vai se acumulando”, se indigna José.

O MST fez diversas mediações com as instâncias do poder público, no sentido de apelar para o bom senso e à justiça social com aquele território e com as famílias acampadas. O próprio Ministério Público Federal, segundo o Movimento, questiona a possibilidade da posse da área ser entregue à família requerente da reintegração, pois o falecido requerente (Pedro Batista) tinha contrato de arrendamento formal com a massa falida da Usina Ouricuri.

O julgamento da ação rescisória sobre este tema, impetrada pelo MPF e em tramitação no Tribunal de Justiça (TJ-AL), é de grande esperança para as famílias para terem acesso àquelas terras. O MST e os demais movimentos de Alagoas seguem mobilizados para que se faça justiça social, e alertam que apenas iniciaram uma grande campanha de solidariedade sobre o acampamento São José, que ganha adeptos a cada dia.

Histórico

O acampamento São José foi criado em 2004, quando da primeira ocupação da fazenda São Sebastião, rodeada de outras áreas que também pertenceram à Usina Ouricuri e que viraram assentamentos por meio da luta dos trabalhadores rurais. A disputa por terras na região já deixou marcas violentas, como o assassinato de Chico do Sindicato e José Elenilson (em 1995 e 2000, respectivamente).

Onde agora se localiza o acampamento, foi executado a tiros a mando de fazendeiros da região o dirigente estadual do MST, Jaelson Melquíades. Todos os casos permanecem impunes até hoje.

Município de Vargem passa a integrar mapa das Feiras da Reforma Agrária em Santa Catarina. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/02/2016

O município de Vargem, no Planalto Catarinense, entrou para o mapa das Feiras da Reforma Agrária em Santa Catarina. Com a inauguração do evento na cidade, no dia 5 deste mês, o estado passou a contar com 18 feiras acontecendo em 15 municípios. A estrutura é fornecida pelo Incra e o suporte é dado pela equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Quinzenalmente, às sextas-feiras, os moradores de Vargem encontrarão, em frente à Câmara de Vereadores, bancas com produtos oriundos de áreas de reforma agrária. Na primeira edição, as dez famílias participantes, do assentamento Vitória dos Palmares, comercializaram hortaliças (alface, mostarda, tempero verde e salsinha), frutas da estação como melancia e banana, tubérculos (cenouras e beterrabas), moranga cabotiá, conservas de pepino e cebola, além de artesanatos e panificados.

Segundo técnica de Ater Luzia Gonçalves, que acompanha os assentados, a feira foi bem aceita pelo público. “As famílias elogiaram a equipe pela iniciativa, pois assim a população poderá consumir produtos frescos, diversificados e de boa qualidade”, revelou.

Estrutura e produção

A primeira experiência de venda direta se mostrou proveitosa para famílias, que venderam praticamente todos os produtos levados. “Após a feira, refletimos sobre o que poderíamos melhorar para a próxima, que produtos trazer para fazer a venda, por exemplo”, conta Luzia.

As famílias estão amadurecendo a proposta da Ater de formar um grupo de produção para cultivar em um único local, coletivamente e de forma agroecológica, os itens a serem comercializados na feira. O objetivo é o de obter a certificação orgânica.

A próxima feira, neste dia 19, contará com estrutura ampliada entregue pelo Incra nesta semana. A iniciativa tem a parceria da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem e da prefeitura do município.

Unindo esforços para dar celeridade à reforma agrária. Juliana Reis. Site do MDA. 17/02/2016.

Dar celeridade e direcionar o processo de assentamento das famílias acampadas no Brasil. Com este objetivo, os ministros Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário (MDA), e Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), se reuniram em Brasília, nesta quarta-feira (17). O encontro serviu para definir detalhes para a formalização de uma parceria para a utilização de informações coletadas por meio do Cadastro Único.

Com acesso aos dados do Cadastro, será possível traçar os perfis de cada acampamento e definir estratégias de ação específicas, de acordo com a necessidade de cada localidade. Esse cruzamento de informações será realizado pela equipe da sala de situação da reforma agrária do MDA/Incra, criada há cerca de mês, que tem o papel de monitorar o assentamento de famílias e futuras desapropriações de terras.

O acordo de cooperação entre os dois ministérios será assinado, em breve. A partir daí, há três etapas a seguir: tratar os dados que já estão no Cadastro Único, atualizar os cadastros que ainda não estão identificados como acampados e organizar a busca ativa das famílias ainda não cadastradas.

O objetivo é que o trabalho conjunto dos dois ministérios, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), possa tornar mais efetivo o processo de mapeamento dos acampamentos em todas as regiões brasileiras.

Verificação de títulos de domínios de imóveis rurais no Extremo Sul da Bahia ganha celeridade – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 17/02/2016

Uma medida que pode tornar mais rápida a criação de assentamentos para mais de 2,3 mil famílias que vivem no Extremo Sul da Bahia. Foi com este consenso que a reunião realizada no Incra na Bahia definiu uma nova prática para os processos com dificuldade de determinação dos títulos de domínio de imóveis rurais nesta região do estado. A medida será adotada para 27 processos destinados à reforma agrária por meio da modalidade aquisição, prevista no Decreto 433/92.

O encontro aconteceu na terça-feira (16), na sede da autarquia, em Salvador, e contou com a presença do chefe da Procuradoria Federal Especializada (PFE) do Incra, o procurador Júnior Fideles.

A participação do procurador Fideles contribuiu para a decisão de que as análises e manifestações sobre os títulos de domínio serão priorizados por partes dos órgãos competentes do estado, com relação a 27 processos de aquisição no Extremo Sul.

De acordo com o superintendente regional do Incra/BA, Gugé Fernandes, quando houver dificuldade de identificar o destaque privado ou público do imóvel rural, cópias integrais dos processos serão remetidas para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), e a Procuradoria do Estado.

Celeridade

“O resultado dessa reunião foi muito importante para dar celeridade no andamento dos processos de aquisição de imóveis rurais no Extremo Sul para a reforma agrária”, acrescenta Fernandes. O Incra/BA possui uma força-tarefa no Extremo Sul que visa a assentar 2,3 mil famílias de trabalhadores rurais.

Além do procurador Júnior Fideles, participaram do encontro representantes da SDR, CDA, da Procuradoria do Estado, da Secretaria de Relações Institucionais (Serin), do Arquivo Público da Bahia e das empresas de celulose Fíbria e Veracel.

Incra e BNDES discutem regularização de assentamentos na Amazônia Legal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/02/2016

A regularização fundiária e ambiental de assentamentos na Amazônia Legal foi discutida nesta quarta-feira (18) por representantes do Incra e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na sede da instituição bancária, no Rio de Janeiro (RJ). Em pauta, a carta consulta que a autarquia apresentou ao banco para a obtenção de recursos do Fundo Amazônia, a serem aplicados na regularização de

assentamentos e na modernização tecnológica do Instituto. O objetivo do investimento é reduzir o desmatamento na Amazônia Legal com a regularização ambiental e fundiária de assentamentos na região.

A consulta encontra-se atualmente na área operacional do banco, no Departamento de Prioridade (Depri), seguindo posteriormente para deliberação da Diretoria Executiva, responsável por aprovar o financiamento. Os recursos serão aplicados no Programa Assentamentos Verdes (PAV), instituído pelo Incra para planejar e executar a gestão, o monitoramento e o controle ambiental de assentamentos na Amazônia Legal.

Conforme discutido com o BNDES, as ações previstas na carta consulta serão executadas por etapas e na primeira serão priorizados investimentos em 97 assentamentos com maiores índices de desmatamento nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima. As ações incluem georreferenciamento de lotes, aquisição de equipamentos para monitoramento e gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas, elaboração de planos de manejo florestal sustentável e atividades de educação ambiental. Outros 93 assentamentos de Mato Grosso serão apoiados por meio de parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com recursos do Incra.

Avaliação

A presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, destacou na reunião que os investimentos são necessários para aprimorar o controle ambiental dos assentamentos na Amazônia Legal e assegurar a modernização tecnológica da autarquia com o objetivo de melhorar a governança fundiária e ambiental das áreas de reforma agrária na região. “Temos o compromisso de promover a regularização desses projetos e promover ações para incentivar o desenvolvimento produtivo e o uso sustentável dos recursos naturais”, disse.

Para o superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do BNDES, Marcelo Porteiro, as ações previstas pelo Incra na carta consulta ao Fundo Amazônia serão importantes para monitorar e combater o desmatamento no bioma e sinalizam a intenção da autarquia de investir na regularização ambiental dos assentamentos.

Além da presidente do Incra, participaram da reunião na sede do banco o diretor de Gestão Estratégica da autarquia, William George Lopes Saab; o coordenador de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Instituto, Pedro Bruzzi Lion; o assessor da presidência Gustavo Noronha e a superintendente regional do Incra no Rio de Janeiro, Maria Lúcia de Pontes.

Representaram o BNDES, além de Marcelo Porteiro, a assessora da presidência Helena Lastres; a chefe de Departamento da Área Agropecuária e de Inclusão Social, Daniela Arantes; o superintendente da Área de Meio Ambiente, Gabriel Visconti, e a chefe de Departamento da Área de Meio Ambiente, Juliana Santiago.

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. Ele é gerido pelo BNDES e conta com um Comitê Orientador, que tem a atribuição de determinar as diretrizes e acompanhar os resultados obtidos, além de um Comitê Técnico nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia.

Inkra cria o primeiro assentamento no Rio Grande do Sul em 2016. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/02/2016

A Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul está implantando o primeiro assentamento de 2016. A portaria de criação foi publicada nesta sexta-feira (19) no Diário Oficial da União (DOU). A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) fez a transferência para o Instituto para fins de reforma agrária da área de 170,58 hectares, no município de Pelotas (RS) – cerca de 260 km de Porto Alegre.

A Fazenda tem o nome de Monte Bonito, mas o assentamento foi denominado “Herdeiros da Resistência” e é rururbano porque fica a seis km do centro da cidade. Esta característica facilitará a futura comercialização dos alimentos. “O assentamento servirá para a produção de hortigranjeiros”, menciona o chefe da Divisão de Obtenção, André Guidotti. A previsão é de formação de 30 lotes, cujas famílias de agricultores serão selecionadas por meio de edital lançado pelo Incra/RS. Nos próximos dias, haverá notificação para sete famílias de posseiros que estão na área. Caso eles se enquadrem nos requisitos do edital poderão permanecer como assentadas.

Benefícios sociais

As famílias escolhidas para o assentamento poderão acessar programas sociais como o Cadastro Único (CadÚnico). Caberá à Prefeitura Municipal de Pelotas fazer, posteriormente, a inclusão dos agricultores em tais programas.

Territórios: integrando espaços. Juliana Reis. Site do MDA. 19/02/2016

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, dos atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas, numa ação voltada para o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais. Nessa entrevista a diretora para o Desenvolvimento Territorial, Severine Macedo, detalha algumas dessas ações voltadas para os quatro eixos estratégicos da SDT em 2016: a educação no campo, políticas para o semiárido, retomada dos Territórios da Cidadania, além de informar os últimos detalhes sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Que ações estão sendo desenvolvidas relativas à valorização de políticas para a educação no campo?

Dentro das nossas atribuições, definidas pelo planejamento estratégico do Ministério, estão o de expandir políticas que ampliem a qualidade de vida e a cidadania no campo. As políticas agrícolas são centrais para pensar o desenvolvimento da agricultura familiar e do rural brasileiro, mas para pensar esse desenvolvimento de forma global é necessário trabalhar a questão da educação. A educação não é uma função de execução do MDA – é do Ministério da Educação, dos estados e municípios – mas precisamos participar e estimular esse debate sobre a educação específica para o meio rural, pois é algo que afeta muito a nossa agenda.

O ministro nos orientou e desafiou a pensar três prioridades no âmbito da educação do campo: a) educação por alternância - especialmente a relação com as escolas familiares rurais e escolas Família Agrícola, que trazem uma educação extremamente contextualizada com a realidade dos jovens rurais, contando horas/aula em sala de aula e depois na sua comunidade, onde eles desenvolvem a produção de acordo com o que é ensinado na escola; b) o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo); c) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Nosso esforço estará focado especialmente nestes três temas de acompanhamento. Mas o central é o MDA assumir um protagonismo no sentido do

estímulo à elaboração de propostas concretas que melhorem o acesso e a qualidade da educação no campo para crianças, jovens e adultos.

Ainda no primeiro semestre pretendemos constituir um grupo de trabalho interno no Ministério para planejar essas iniciativas. Já tivemos diversas reuniões com o Ministério da Educação. E estamos organizando um seminário nacional que vai se realizar este ano chamando os atores da sociedade civil, os movimentos sociais e especialistas no tema, a fim de repactuarmos a agenda da educação do campo no âmbito do MDA

Também faz parte da estratégia do MDA a retomada do Programa Territórios de Cidadania. Com que perspectiva a secretaria está trabalhando essa retomada?

O Territórios da Cidadania é um programa com uma história muito bonita. Ele trouxe visibilidade para a situação dos territórios mais pobres, mais excluídos, para a importância de pensar o desenvolvimento desses territórios com participação social. E fez com que o governo federal olhasse e priorizasse os territórios que mais precisavam de suporte para o seu desenvolvimento.

Agora, estamos em uma fase de repensar o programa. Já se passaram mais de 10 anos, desde o início da sua implantação, e acreditamos que ele precisa ser revisto. Há várias correções que precisam ser feitas, para qualificar a execução do programa. Estamos desde 2015 neste processo de reformulação e, este ano, a nossa expectativa é finalizar o novo desenho do programa com os ministérios parceiros e o comitê gestor dos Territórios da Cidadania.

Estamos instituindo salas de situação para planejarmos as ações e acompanhar a implementação das políticas dentro dos quatro eixos prioritários que queremos construir para o programa: educação, inclusão social, inclusão produtiva, acesso à terra e reforma agrária. Pretendemos fazer mudanças importantes, como alterar a matriz do programa por um modelo plurianual, na qual possamos fazer atualizações anuais com base no monitoramento; passar a propor arranjos produtivos locais e territoriais. E principalmente, trazer projetos multiterritoriais focados no Semiárido, o que dialoga com outra prioridade da SDT que é o fortalecimento das políticas para o Semiárido brasileiro. Queremos repactuar esse desenho com os ministérios e os colegiados, ainda este ano. E assim reiniciar as ações do Territórios da Cidadania.

Qual a importância dos colegiados territoriais e como eles auxiliam na organização das políticas prioritárias?

Trabalhamos com territórios de identidade, com base em características próprias e em um conjunto de critérios que os define. Mas o que dá vida para um território, para além da população que mora lá, do seu processo de desenvolvimento, são as pessoas que se organizam para fazer aquele território funcionar e que atuam para o desenvolvimento sustentável ser uma agenda permanente.

O colegiado é um espaço composto pela sociedade civil e pelo poder público. Ele se reúne regularmente, de acordo com uma dinâmica própria, e é nesse espaço que se define para onde vão as ações – como o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf), por exemplo – mas, para além da sua intervenção e elaboração para execução dessas políticas, é um espaço que pensa para onde deve rumar esses movimentos.

Esse colegiado tem vida, diversidade, conflitos, e isso é fundamental para fazer as coisas acontecerem. Estamos num processo de estimular muito os comitês de jovens, mulheres, de povos e comunidades tradicionais, a organização de câmaras temáticas, para que consigamos pensar para além do que já estamos acostumados, que é a política agrícola. Somente durante o ano de 2015 74 novos comitês foram implantados. Temos atualmente 171 comitês de jovens, mulheres e comunidades de povos tradicionais apoiando os Territórios Rurais. Esperamos que esses territórios tenham cada vez mais a cara e as cores da sua diversidade territorial.

Ainda ao longo desse ano, em parceria com outras áreas do Ministério, vamos desenvolver um conjunto de atividades para avançar na organização destes comitês, além de estimular que nossas políticas incorporem essa perspectiva. Nós queremos, ao longo desta gestão, chegar a ter mais cinco políticas públicas do MDA territorializadas, ou seja, sendo executadas na perspectiva dos 241 Territórios Rurais, de acordo com o que foi definido no planejamento estratégico do ministério.

Outro grande desafio que teremos este ano é a discussão da reforma agrária, no âmbito destes colegiados territoriais, e a incorporação do tema da reforma agrária dentro da agenda territorial. Este é um esforço de todo o MDA, uma orientação central do ministro. A SDT compõe a sala de situação – que vem pensando esta questão dos assentamentos – e a gente pretende estimular que os colegiados, mesmo aqueles que não tenham uma característica forte no histórico da luta pela terra, tanto nos ajudem a atualizar o perfil dos acampamentos, a situação do acesso à terra nos seus territórios, como incorporem a discussão, e nos ajudem a pensar como avançar no tema.

Qual a importância do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e como ele envolve o meio rural?

O Marco Regulatório é fruto de uma luta histórica das organizações da sociedade civil e foi construído para oferecer uma legislação específica que ampare a parceria dos governos – nas esferas municipais, estaduais e federal, com a sociedade civil. Até então, a lei que orientava essas parcerias era a mesma que orientava o trabalho com empresas privadas. O Marco Regulatório vem mudar isso. A partir desse novo Marco, passamos a adotar outros instrumentos como os Termos de Colaboração e de Fomento, que estão em processo de regulamentação. Assim que a lei que regulariza o Marco for aprovada, poderemos fazer novas parcerias.

Dentro desse processo faremos ainda no primeiro semestre um curso de formação com as entidades que atuam no campo – tanto os movimentos sociais, quanto as organizações não governamentais –, em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República, para capacitar esses atores sobre a lei. É um programa de formação, que deve ser transmitido pela internet, para que mais pessoas possam acompanhar e se capacitar. Para isso, iremos abrir um processo de seleção das entidades. Começaremos pelo Nordeste, onde faremos a primeira etapa de formação, e em seguida, pretendemos fazer outra centralizada em Brasília, para as demais regiões do Brasil.

Achamos fundamental que nossos parceiros e atores, que desenvolvem um conjunto de políticas no rural, possam estar preparados para de fato utilizar esse instrumento e entrar numa nova era de participação da sociedade civil nas ações governamentais e no desenvolvimento de projetos em benefício da sociedade civil.

Ajuste reduz reforma agrária à metade, diz Patrus. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 19/02/2016.

O ajuste fiscal nas contas públicas promovido pelo governo, que contingenciou 60% do orçamento previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano passado, não poupou nem o programa de reforma agrária, elevado à condição de prioridade pela presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato.

Em grande parte por conta dessa restrição orçamentária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão vinculado ao ministério, assentou 26 mil famílias no ano passado, resultado aquém da meta estipulada para o ano, de 45 mil, disse ao Valor o ministro Patrus Ananias, do MDA.

Ele reconheceu as dificuldades de recursos públicos para cumprir a missão dada por Dilma de assentar cerca de 120 mil famílias até 2018 - o ministério foi um dos mais afetados com cortes proporcionais ao seu orçamento em 2015. Mesmo assim, garante que a meta está mantida e para isso traçou uma estratégia junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de usar o Cadastro único do Bolsa Família para mapear a situação exata dos acampamentos espalhados pelo país. E assim tentar acelerar o ritmo desses assentamentos a partir de agora.

"O ministério teve uma poda forte no orçamento em 2015, mas nosso objetivo é assentar pelo menos 40 mil famílias neste ano", destacou o ministro, que tem como tarefa acalmar os movimentos sociais, que desde o ano passado vêm reagindo com sérias críticas à política econômica do governo. "Lógico que não depende só de nós, vamos tentar buscar os recursos, mas vai depender também de uma prioridade de governo", conclui.

Patrus Ananias já propôs à ministra Tereza Campello, do MDS, que o Cadastro Único auxilie o Incra a fazer um retrato mais preciso dos acampados no Brasil, com levantamento de informações como idade, escolaridade, aptidão para atividade agrícola e condições de saúde. Ele pondera que há casos de idosos ou pessoas com problemas de saúde que mereceriam outro tipo de proteção do Estado.

Segundo ele, mais de 60 mil famílias acampadas já foram cadastradas pelo Incra para fins de reforma agrária, contudo admite que falta maior integração entre o Instituto e suas regionais e uma ferramenta estatística que possibilite mais rapidez nos assentamentos.

Em outra frente, Ananias explica que sua pasta também buscará otimizar recursos próprios com a atualização dos valores de taxas cobradas pelo Incra para registro de imóveis rurais.

A Medida Provisória 700, que já tramita no Congresso Nacional, prevê extinguir a cobrança de juros "abusivos" que incidem sobre desapropriações feitas pelo Incra para assentamentos de reforma agrária. A expectativa é economizar R\$ 300 milhões por ano com a medida.

MST realiza audiência pública para debater a Reforma Agrária popular no PR. Riquieli Capitani. Site do MST. 19/02/2016.

A iniciativa contou com a presença de 300 pessoas que debateram políticas governamentais voltadas também para a implementação da agroecologia e da agricultura camponesa.

O MST realizou na tarde dessa quinta-feira (18), no Ginásio de Esportes Douglas Pereira, região dos Campos Gerais (PR), uma audiência pública sobre Reforma Agrária Popular, agroecologia e agricultura camponesa.

A iniciativa contou com a presença de 300 pessoas que debateram políticas governamentais voltadas para a implementação da Reforma Agrária, da agroecologia e da agricultura camponesa.

Além dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, também participaram da audiência o deputado estadual Tadeu Veneri, membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná, Deamiro Mara, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castro, Reinaldo Cardoso, prefeito municipal de Castro, entre outros.

A audiência também tratou da situação do Acampamento Maria Rosa do Contestado, a Fazenda Cipó, localizada no município de Castro, que conta hoje com aproximadamente 210 famílias Sem Terra.

Histórico

A fazenda, que é propriedade da união, estava sendo utilizada por duas empresas irregulares, entre elas a Fundação ABC. Ambas tinham contrato de uso vencido há 10 meses com a união.

Sabendo disso, o órgão pediu a área de volta para leiloá-la, porém o Incra solicitou que ela fosse destinada para a reforma agrária, transformando as terras em um assentamento modelo, onde toda produção seja agroecológica.

As empresas chegaram a entrar na justiça para ficar com as terras, mas perderam. Desde abril de 2014 há uma liminar de despejo contra a Fundação ABC, com multa diária de R\$ 20 milhões, mas o governo do Paraná não cumpriu com a ordem judicial.

“Com a audiência, nós queremos mostrar para a sociedade que a reforma agrária popular é possível, assim como é possível transformar as terras da Fazenda Cipó em um assentamento agroecológico, com produção diversificada, saudável, com vida, onde antes só se via empresas privadas se beneficiando de um patrimônio público para gerar dinheiro e incentivar o uso indiscriminado de venenos nas lavouras”, comenta Joabe Mendes, membro do MST.

Pela manhã ocorreram outras duas atividades. Uma visita ao Acampamento Maria Rosa do Contestado, e às 10h, a Marcha Popular no centro de Castro, com saída do Parque Lacustre, em direção ao Ginásio de Esportes Douglas Pereira, onde ocorreu a audiência.

Sem Terra ocupam mais um latifúndio improdutivo no extremo sul baiano. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 20/02/2016.

O latifúndio ocupado faz parte de um conjunto de fazendas que o proprietário Álvaro Pereira Filho, mais conhecido como Álvaro Para Todos, possui nas regiões de Itanhém e Jucuruçu.

Nesta sexta-feira (19), cerca de 120 famílias Sem Terra ocuparam a fazenda Changrilá, de 1.400 hectares, localizada no córrego Bom Sucesso, em Jucuruçu, no Extremo Sul baiano.

O latifúndio ocupado faz parte de um conjunto de fazendas que o proprietário Álvaro Pereira Filho, mais conhecido como Álvaro Para Todos, possui nas regiões de Itanhém e Jucuruçu.

De acordo com as famílias, os latifúndios de Álvaro não cumprem sua função social, principalmente numa região onde existem centenas de famílias desempregadas e em busca de terra para produzirem alimentos.

Os trabalhadores rurais também denunciam os órgãos públicos na região e cobram do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que as terras sejam desapropriadas, já que o proprietário teria terras improdutivas e realiza práticas de destruição das florestas e da biodiversidade, com queimadas e aplicação de veneno nas terras.

Direitos

O trabalhador João da Silva comenta que na região existe uma prática muito comum de violação aos direitos trabalhistas e exploração dos trabalhadores.

“Nesta fazenda não é diferente. Não se contrata ou registra as carteiras dos trabalhadores, apenas pagam as diárias ou empreitam os serviços temporariamente. Um ou outro funcionário, que tem os registros legalizados com o objetivo de burlarem as autoridades”, explica.

Durante o processo de ocupação da fazenda e a construção do Acampamento Bruna Araújo, os Sem Terra apontaram o modelo de produção do agronegócio como responsável

pelo aumento do êxodo rural e nos índices de desigualdades sociais, tendo a juventude do campo e da cidade como as principais vítimas.

Na região, o MST avalia que existe práticas que atentam contra os Direitos Humanos e ferem os princípios da Constituição Federal.

Violência no campo e omissão

Segundo a direção estadual do MST na Bahia, no decorrer do ano de 2015 houve um aumento significativo nos índices de violência no campo e da concentração de terras improdutivas na região de Jucuruçu. Exemplo disso são as ameaças de mortes sofrida por diversos trabalhadores Sem Terra.

Também denunciam que as famílias sofreram quatro despejos violentos e em várias ocasiões foram humilhadas e discriminadas pelos representantes do poder judiciário.

As famílias estão acampadas na fazenda e afirmam que só saíram da área com o decreto de desapropriação.

Incra/MA prepara ações para assentamentos no município de Arame. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/02/2016

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão vai realizar em 2016 uma série de atividades nos assentamentos da região do município de Arame – localizado no Centro do Estado e distante cerca de 480 quilômetros da capital São Luís -, como: recuperação de estradas vicinais, entrega de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e liberação de créditos.

Para definir algumas destas ações, o superintendente regional do Incra/MA, Dayvson Franklin de Souza, recebeu, na manhã da segunda-feira (15), o prefeito do município de Arame, Marcelo Farias, que estava acompanhado dos vereadores Danilo Feitoza e Sidnei Costa. Durante a conversa houve destaque para o andamento do convênio realizado com o Incra/MA na recuperação de 56 quilômetros de estrada vicinal no projeto de assentamento Pedra Preta/Morro dos Garrotes.

O superintendente informou que o Incra vai encaminhar um engenheiro civil para realizar vistoria técnica da obra e, dependendo do resultado da vistoria, autorizar a liberação do pagamento da última parcela do convênio. “O Incra já pagou duas parcelas, totalizando R\$ 1.520.822,76. A última parcela no valor de R\$ 380.220,69 deverá ser paga após a fiscalização do setor de engenharia”, explicou Dayvson.

No ano passado o superintendente do Incra/MA visitou o município de Arame e participou da solenidade de entrega de 163 CCDRU. “Já estou agendando para o mês de abril uma outra viagem ao município para tratar das novas demandas dos trabalhadores rurais”, ressaltou.

Ainda no município de Arame, o Incra/MA – por meio da Unidade Avançada do Instituto no município de Barra do Corda -, liberou em 2015, o pagamento do crédito Apoio Inicial I para 155 famílias do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Citema, no valor total de R\$ 372 mil. Já para o PDS Temasa, 20 famílias foram beneficiadas com o crédito Apoio Inicial, totalizando R\$ 120 mil.

Mais créditos

Para o ano de 2016, já existem 84 famílias assentadas no assentamento Pedra Preta/Morro dos Garrotes e 258 famílias no assentamento Citusa/Viamão, aguardando a liberação do contrato de pagamento do crédito Apoio Inicial I. Cada família receberá o valor individual de R\$ 2.400,00.

Para o prefeito Marcelo Farias manter a parceria com o Incra é muito importante no desenvolvimento da área rural do município, que tem 60% do seu território composto por projetos de assentamento. “A abertura que temos para conversar com o superintendente, sem barreiras, só vai trazer benefícios para a nossa região”, finalizou.

Acesso à terra vira realidade em Rondônia. Site da FETRAF. 22/02/2016.

Foram entregues 157 escrituras do crédito fundiário para agricultores familiares de Candeias do Jamari (RO)

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, entregou, na última quinta-feira (18), 157 escrituras do crédito fundiário para agricultores familiares de Candeias do Jamari (RO) e títulos do Terra Legal beneficiando mais de 1500 famílias no estado. Os agricultores beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do MDA, conseguiriam adquirir a área da fazenda Rancho Alegre, com 1.577 hectares. Cada família ficará com cerca de 10 hectares, onde, além de residirem, poderão produzir e gerar renda. Ao saudar todos os beneficiários, Patrus lembrou a importância do acesso à terra como primeira passo para o desenvolvimento rural e que está é uma prioridade do MDA. “Estamos determinados a avançar muito este ano no assentamento em condições dignas

de todas as famílias hoje acampadas em Rondônia, na região amazônica e em todo o território nacional”.

Patrus também destacou o papel central da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis. “Estamos enfrentando desafios, mas estamos caminhando, avançando e construindo juntos um Estado que é uma pátria cada vez mais justa e cada vez mais comprometida com uma agricultura saudável, a serviço da vida e da dignidade humana”. O governador Confúcio Moura, comemorou a aquisição da área e a possibilidade que as famílias têm de melhorar de vida. “Vocês vão ter dez hectares, que bem trabalhados, vão sustentar suas famílias, vão colocar seus filhos na faculdade, ter condição de comprar um carro e de ter uma vida boa”, afirmou Confúcio. Ele lembrou ainda que com os recursos do crédito fundiário as famílias poderão recuperar as estradas internas da propriedade e ter acesso ao Minha Casa Minha Vida Rural para construir moradias.

O ministro do Desenvolvimento Agrário também lembrou o esforço do governo federal, na ampliação e qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural com a implementação da Anater. “Estamos atuando também para consolidar a Agência de Extensão Rural e Assistência Técnica, a nossa Anater, que tem o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento aos agricultores familiares, impulsionando a produção de alimentos saudáveis, com foco na produção agroecológica, que garanta a segurança alimentar e a preservação da nossa casa comum”.

Os agricultores beneficiados com os títulos do crédito fundiário, fazem parte de quatro associações de produtores, como conta o presidente da Associação Colonial que articula a participação de 54 famílias, Sebastião Barbosa da Silva. “Junto com o sindicato rural fizemos as associações e fomos atrás do financiamento para comprar a terra”, ressaltou. As famílias agora têm 20 anos para pagar pela terra e na avaliação do presidente isso não vai ser um problema. A previsão da Emater de Rondônia, é que as 157 famílias movimentem a partir de 2018, cerca de R\$ 5 milhões por ano com a comercialização de frutas, hortaliças e animais de pequeno porte.

Terra Legal

Com a entrega de três títulos rurais e um urbano para o município de Ariquemes do programa Terra Legal – que atua na regularização fundiária de terras da União na Amazônia Legal – foram regularizados mais de 200 hectares no estado. Somente com a doação do distrito de Bom Futuro para Ariquemes, foram beneficiadas mais de 1500 famílias.

Uma das beneficiadas com a entrega de título de sua propriedade, é Edelci Passos que não esconde a felicidade em receber o documento do MDA. “Estou muito feliz, nunca achei que fosse receber esse título, agora é investir na propriedade que é de fato minha”, comemorou a agricultura que produz em seus 2,3 hectares macaxeira e mantém uma horta para o consumo.

Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário possibilita, ao agricultor familiar sem-terra ou com pouca terra, adquirir imóveis rurais. Também prevê investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental. O programa facilita o acesso à terra e aumenta a renda dos trabalhadores rurais.

O Programa já possibilitou o acesso à terra a mais de 140 mil famílias, que adquiriram cerca de três milhões de hectares. Em Rondônia, no período de 2003 a 2015, mais de 340 de trabalhadores rurais já foram beneficiados com o financiamento de 3.756 de hectares.

Minas Gerais fortalece agricultura familiar. Site do MDS. 23/02/2016.

SEGURANÇA ALIMENTAR

PAA Familiar determina compra de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar pela administração estadual

Brasília – Alguns estados brasileiros entraram no circuito das compras institucionais e já estão construindo legislações próprias. No ano passado, Minas Gerais implantou a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar), que determina aos órgãos estaduais a compra de, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar.

“É importante que os governos estaduais e municipais incorporem essa estratégia na sua gestão. São inúmeras as vantagens, como a oferta de alimentos de maior qualidade, além de gerarmos ocupação e renda para os agricultores familiares”, destaca Lucas Scarascia, superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização de Minas Gerais.

A rede de hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) adquiriu em janeiro mais de R\$ 200 mil em pó de café torrado e moído e feijão preto da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz).

Neste ano, a Fhemig vai desembolsar R\$ 1 milhão em café, açúcar, feijão e polpas de frutas.

Segundo Scarascia, a ação diversifica a rede de fornecedores. Em Minas Gerais, são 437 mil propriedades da agricultura familiar. “Nossa agricultura familiar é extremamente pujante. Ao compramos diretamente dos agricultores familiares, dispensamos a figura do intermediário, que pode ficar com o maior percentual de lucro dessa transação, prejudicando o agricultor.”

A iniciativa das gestões estaduais e municipais em elaborar políticas próprias é fundamental para uma política efetiva de abastecimento. Desde janeiro, os órgãos federais devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para produtos da agricultura familiar.

“A nossa agenda ajuda as prefeituras e os estados que não têm a sua legislação. É muito importante que eles usem seu poder de compra”, afirma a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Heltel dos Santos. “Com esse olhar para a agricultura familiar, mais focado na oferta e demanda, conseguem qualificar no seu território uma proposta de abastecimento, o que resulta no desenvolvimento econômico e na promoção da alimentação saudável.”

Compras Institucionais – Na Compra Institucional, cada família pode vender até R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, mesmo se participar de outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os principais produtos comercializados são itens de hortifrutí, grãos, laticínios e orgânicos.

As aquisições são feitas por instituições que fornecem alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros, com recursos financeiros próprios, por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação.

Indígenas contarão com máquinas do PAC2. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 24/02/2016.

Retroescavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras, caminhões-caçamba e caminhões-pipa doados pelo governo federal a prefeituras brasileiras, por meio do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), também poderão ser utilizadas em territórios indígenas. O anúncio foi feito pelo ministro Patrus Ananias, em reunião com representantes da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat), nesta quarta-feira (24), em Brasília. A iniciativa é uma resposta ao pleito feito pela federação.

De acordo com Patrus, um documento, autorizando o uso dos equipamentos por comunidades indígenas, já foi enviado para o Ministério da Justiça, órgão vinculado a Fundação Nacional do Índio (Funai), e está aos cuidados do ministro José Eduardo Cardoso. “É um assunto que já está bem encaminhado e vai ajudar a desenvolver os territórios indígenas do sul da Bahia, com a abertura e melhoramento de estradas, por exemplo”, destacou.

Os equipamentos, doados por meio do PAC2, são usados por prefeituras brasileiras para a realização de grandes obras de infraestrutura no país, em benefício da agricultura familiar. Os maquinários possibilitam a abertura de estradas que garantem a mobilidade de quem vive no meio rural brasileiro, favorecendo o escoamento da produção e o acesso a serviços, como de ambulância e transporte escolar. Nas regiões onde os recursos hídricos são escassos, elas também são utilizadas na abertura de açudes, poços e cacimbas.

Durante o encontro, Patrus também falou sobre o momento econômico do Brasil e apontou que a equipe do ministério já está trabalhando no Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017. Ele assegurou que o MDA tem se esforçado para ampliar as políticas que chegam até essas comunidades.

Outro assunto apresentado por representantes da Finpat, foi a necessidade de articulação do ministério junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para agilizar a regularização fundiária no estado. De acordo com Patrus, os relatos dos indígenas serão repassados ao Instituto para encaminhamento.

FETRAF/BRASIL participa de reunião proposta pela ANA para debater prioridades para a agricultura. Site da FETRAF. 24/02/2016.

Encontro contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

Representada pelo Coordenador de Gestão e Finanças, Lázaro de Sousa Bento, a FETRAF/BRASIL participou na tarde de ontem (23), de audiência com o Ministro do

Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para debater as prioridades para a agricultura durante o ano de 2016.

A reunião foi proposta pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), onde foram debatidas demandas acerca de assuntos como a manutenção dos direitos dos agricultores e agricultoras e das comunidades tradicionais e dos recursos em políticas públicas direcionadas à reforma agrária, agricultura familiar, mulheres, juventude rural, aos povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais, o lançamento do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a continuidade e ampliação do Programa Ecoforte, entre outros.

Inkra terá Observatório da Reforma Agrária. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 24/02/2016

O processo de elaboração e acompanhamento de políticas públicas no âmbito da reforma agrária está prestes a entrar em uma nova fase. O Incra e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estudam a criação do Observatório da Reforma Agrária, instância na qual será avaliada a efetividade das ações empreendidas, além de propostas novas formas de atuação para apoiar e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

O primeiro encontro para tratar do tema ocorreu nesta quarta-feira (24), na sede do Incra, em Brasília (DF). A presidente da autarquia, Maria Lúcia Falcón, o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, César Aldrighi, o professor Carilton Ribas, do Centro de Ciências Agrárias da UFSC, além de equipes técnicas das duas instituições se reuniram pela manhã para delinear a parceria.

A ideia é que o Observatório da Reforma Agrária, por meio de uma Assessoria Técnica Especializada, oriente a condução de ações direcionadas ao desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas aos assentamentos. Entre as primeiras atuações indicadas está a elaboração de projetos técnicos agroindustriais, fortalecendo a gestão nas cooperativas nessas áreas.

Nesse sentido, estão previstas a identificação e a articulação de fontes de financiamento público e privado, além da capacitação dos parceiros executores. Caberá aos integrantes, ainda, monitorar e avaliar a execução de cada etapa para a consolidação dos projetos.

A presidente Maria Lúcia Falcón enfatizou que a cooperação entre o Incra e UFSC vem proporcionando, por exemplo, a realização de uma série de capacitações voltadas a

qualificar os projetos aprovados pelo Terra Forte, programa de incentivo à agroindustrialização e à comercialização da produção dos assentamentos, qualificando ainda mais a reforma agrária. "A criação do Observatório vai apoiar o Incra na melhoria dos seus processos de gestão", acrescentou.

"Consideramos essa experiência do observatório um extraordinário avanço para aumentar a efetividade e a eficiência das políticas públicas orientadas para a reforma agrária. É a Universidade Federal de Santa Catarina aportando seu acúmulo técnico e científico, representado por meio desse observatório, para dar um impulso significativo nos aspectos econômicos e ambientais da reforma agrária", destacou Ribas.

Balanço

Durante a reunião também foi feita a prestação de contas, pela UFSC, da cooperação já existente com o Incra. A equipe da Universidade apresentou as ações desenvolvidas, há mais de dez anos, em assentamentos da reforma agrária do Sul do país, voltadas ao ensino de qualidade, com a oferta de curso de especialização em agroecologia e mestrado profissional em agrossistemas, por meio do Pronera. Foram ressaltados, ainda, projetos de pesquisa e extensão, como os que envolvem as temáticas da agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional, produção de biofertilizantes, análise de produtos para os mercados institucionais da região Sul, estudo especializado e planos estratégicos com foco na cadeia produtiva em assentamentos na região Sul e no estado de São Paulo.

Comissão Pedagógica Nacional do Pronera aprova novos cursos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 24/02/2016

A presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, participou na manhã desta terça-feira (23), em Brasília, da primeira reunião da Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em 2016. Na ocasião, ela enfatizou a importância do programa para a reforma agrária nos seus 18 anos de existência: “é importante o fortalecimento da educação para a consolidação do trabalhador rural no campo, como o Pronera vem demonstrado nessa trajetória de conquista, que teve sua origem na alfabetização e hoje garante a presença do agricultor assentado na universidade”.

Os membros da comissão pedagógica reuniram-se, dias 22 e 23 de fevereiro, para analisar projetos de oito novos cursos, resultados de parcerias com instituições de ensino superior: Economia com a Universidade Federal da Fronteira Sul no Pará; Direito para

Quilombolas com a Universidade Federal do Piauí; técnico em Saúde Bucal com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Agronomia com a Universidade Federal de Goiás; técnico em Agente de Saúde com Universidade Estadual de Santa Cruz na Bahia; técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Licenciatura em Educação do Campo com Universidade Federal do Pará.

A comissão

A CPN tem como responsabilidade coordenar as atividades didático-pedagógicas do Pronera, definir e propor indicadores de desempenho e instrumentos de avaliação dos cursos, além de apoiar e orientar os colegiados executivos estaduais. A comissão tem ainda como atribuições a emissão de parecer técnico-pedagógico dos projetos, avaliar e acompanhar em conjunto com as superintendências regionais do Inca as ações do programa nos estados. Outra tarefa importante é articulação de parcerias para ampliar e implementar cursos do programa. É composta por 40 representantes de movimentos sociais e sindicais do campo, de universidades públicas e do Inca. Tem por objetivo manter a participação de todas as instituições parceiras nas discussões e decisões do Pronera.

FETRAF/BRASIL marca presença na Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Site da FETRAF. 24/02/2016.

Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o evento vai discutir as demandas dos jovens do campo e priorizar as propostas que integrarão o Plano.

O coordenador de Juventude da FETRAF/BRASIL, Francisco Auri Alves Junior, participa até o dia 25 de fevereiro da “Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural”.

Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o evento vai discutir as demandas dos jovens do campo e priorizar as propostas que integrarão o Plano.

De acordo com o coordenador Francisco Auri Alves Junior, “a oficina é fruto de uma luta histórica dos movimentos de juventude e dos conjuntos dos movimentos sociais que lutaram e demandaram a construção do Plano Nacional de Sucessão Rural”.

O coordenador tem ainda a expectativa que o debate possa fortalecer o processo de articulação para desburocratizar as políticas públicas necessárias para que os jovens

vivam em condições dignas no campo. “A gente espera que esse debate instrumentalize caminhos para consolidar diversas políticas necessárias para se viver no campo, como educação, segurança, saúde e cultura. A consolidação dessas políticas é importante para que o jovem tenha condição de permanecer em seu território”, disse.

Durante o encontro serão discutidas ainda propostas já demandadas pela sociedade civil, colhidas das pautas dos movimentos sociais do campo, enviadas ao governo federal nos últimos cinco anos e, também, das etapas da 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada ao longo do 2º semestre de 2015.

Além de jovens representantes das organizações nacionais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, acadêmicos que estudam desenvolvimento rural e juventude e membros do governo, participam também da oficina, os representantes regionais do Maranhão, Sara Regina; de São Paulo; Sara Cristina; do Pará, José Augusto, de Goiás, Sueila Conceição e do Sul, Douglas Censi.

SC: Unidades demonstrativas são instaladas em 125 assentamentos para difundir inovações técnicas. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 25/02/2016

As equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) implantaram, de março a dezembro do ano passado, 125 Unidades Demonstrativas (UD) em assentamentos da reforma agrária catarinenses. A atividade é uma das previstas nos termos de referência dos contratos assinados entre o Incra em Santa Catarina e a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Cooptrasc) e tem como objetivo instalar espaços para a difusão de inovações técnicas.

A ideia é que as UD permitam a observação e experimentação coletiva sobre questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais envolvendo o manejo dos recursos naturais e a gestão da unidade produtiva. As unidades foram instaladas, em sua maioria, em lotes das famílias assentadas, escolhidos em assembleias realizadas nas comunidades. Coube aos técnicos dos Núcleos Operacionais de Ater planejar, junto com as comunidades e sob supervisão do Incra, as temáticas de cada UD, de acordo com as necessidades locais. Os insumos necessários para a instalação foram assegurados nos contratos.

Melhoria técnica

A busca por melhorias técnicas e adequação ao custo de produção nas principais cadeias produtivas em que estão envolvidos os assentados aparecem como motivação da maioria das UD's instaladas. Neste mês de fevereiro, por exemplo, duas unidades inauguradas abordaram diferentes temáticas acerca da produção de leite, principal fonte de renda nos assentamentos catarinenses.

Em Fraiburgo, no Meio Oeste do estado, uma UD foi instalada no último dia 12 no assentamento São João Maria II, a fim de garantir aquecimento solar para sala de ordenha. A intenção é higienizar os equipamentos utilizados para produção leiteira com economia de energia elétrica. "Foi aí que chegamos ao aquecimento solar com uso de boiler, um sistema simples, relativamente fácil de ser instalado, que vai aquecer a água via luz solar, podendo chegar a 50°C", explica o técnico Fábio Chagas. A expectativa é reduzir a conta de energia e, conseqüentemente, o custo de produção.

Já no assentamento Entre Rios, em Paraíso, Extremo Oeste do estado, as 66 famílias assentadas puderam acompanhar, no último dia 18, a apresentação da UD sobre diferentes cultivares de pastagens para gado de leite, instalada no lote da família de Geferson e Rosane dos Passos. "Apesar do mau tempo as famílias compareceram e foi um sucesso", relatou o técnico Etson Bagnara. Até março, as equipes de Ater estarão em campo executando as atividades referentes ao último contrato e concluindo a instalação das unidades planejadas em 2015.

Políticas valorizam cultura indígena. Tássia Navarro. Site do MDA. 26/02/2016.

A atual população indígena brasileira, segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 896,9 mil, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. De acordo com a pesquisa, foram identificadas 305 etnias e reconhecidas 274 línguas. Estes povos estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é a que concentra o maior número de indivíduos, 342,8 mil, e o menor é no Sul, 78,8 mil.

Para falar das políticas públicas voltadas a esse importante segmento da população brasileira, entrevistamos o coordenador de Política para Povos Indígenas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Luiz Fernando Machado de Souza.

Quais as ações e o número de famílias indígenas atendidas do MDA?

Dentre as atribuições institucionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destaca-se a promoção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo. As ações contribuem para a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País, com destaque, também, à promoção do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos seus territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Soma-se a esses compromissos, o fortalecimento de ações que, tendo o etnodesenvolvimento das comunidades como referência, promovam a segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por meio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais, além de promover a inclusão de mulheres e jovens em suas políticas públicas.

A Lei 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhece os povos indígenas como beneficiários das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Com base nesse pressuposto legal, o MDA disponibiliza uma série de políticas públicas voltadas a esse segmento. Destas, destacamos a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que no atual cenário de mudanças para os povos indígenas, onde se verifica o fortalecimento étnico de diversos grupos e, paulatinamente, a necessidade de se garantir um espaço territorial adequado, por meio da regularização fundiária das terras indígenas. A demanda por Ater é de extrema importância e tem sido reiterada pelas organizações de representação desses povos de maneira bastante acentuada.

Como resposta, procuramos oferecer uma Ater diferenciada, com uma base agroecológica, procurando contemplar, além das questões produtivas, a cultura, a etnicidade e as formas organizacionais desses povos. Essas metodologias têm sido construídas, a partir de processos de diálogo com os povos indígenas, em respeito aos princípios da autodeterminação, valorizando o protagonismo indígena, seus conhecimentos e tradições locais na busca de alternativas e soluções para a melhoria dos processos produtivos e da qualidade de vida. Acreditamos, também, que a partir do diálogo - entre a antropologia, os saberes indígenas endógenos e a agroecologia, essa experiência tem evidenciado a eficácia desse modelo de Ater oferecido pelo MDA, a

exemplo da melhora da produção, da qualidade de vida e do acesso à renda dos índios Kaingang, habitantes do Rio Grande do Sul.

Uma série de outras ações, para povos indígenas, foram realizadas pela Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais/CGPCT/MDA no período compreendido entre os anos de 2011 e 2015, todas relacionadas à promoção do acesso às políticas públicas pelos povos indígenas. Destacamos, neste caso, a Instituição da DAP Indígena (Portaria MDA nº 94/2012), com a finalidade de ampliar o acesso às Políticas Públicas não creditícias dirigidas à agricultura familiar, como o PAA, e a Pnae, abrindo novos mercados para a produção familiar e comunitária.

No que se refere à valorização da produção desse segmento étnico, foi realizado o 1º Seminário Nacional de Ater Indígena, ocorrido em Brasília entre os dias 13 e 15 de março de 2012, com participação de representantes de 26 povos indígenas de 15 unidades da federação. O referido Seminário teve como objetivo a ampliação do espaço de diálogo e participação dos Povos Indígenas no processo de construção do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pronater; colher subsídios para a construção de diretrizes para o novo Pronater; construir estratégias para a continuidade e fortalecimento da Rede Temática de Ater junto aos Povos Indígenas e do processo de formação de agentes indígenas, tendo em vista a incorporação dos mesmos às equipes técnicas de Ater, bem como a elaboração de documento a ser incorporado ao documento base da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Cnater) realizada de 23 a 26 de abril de 2012, em Brasília.

Além disso, passamos a integrar a comissão para criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto n.º 7.747, de 5 de junho de 2012), com assento no Comitê Gestor da PNGATI, instituído pela Portaria Interministerial N.º 117, de 22 de abril de 2012. Ressalta-se, ainda, a participação da CGPCT/MDA na comissão organizadora da I Conferência Nacional da PNGATI, a ser realizada em 2016.

Em novembro de 2012 realizamos a 1ª Praça de Povos e Comunidades Tradicionais no âmbito da VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária/Fenafr; em novembro de 2013, realizamos a 1ª Feira Nacional de Agricultura Tradicional Indígena, a 1ª Feira de Trocas de Sementes Tradicionais e o 1º Encontro de Agentes de Leitura Indígena no âmbito do XII Jogos dos Povos Indígenas, ocorrido em Cuiabá/MT. Somase a isso, à edição de Portaria Interministerial nº 02 - MDA/MJ-, de 03 de dezembro de 2014, que institui o ‘Selo Indígenas do Brasil’, para identificação de procedência étnica

e territorial de toda a diversidade da produção indígena e participação nas reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI (Decreto n.º 10.794, de 22 de março de 2006): membro da bancada de governo. Destaca-se a participação da CGPCT/MDA na comissão organizadora da I Conferência Nacional de Política Indigenista que foi realizada entre os dias 17 e 20 de novembro de 2015. Ainda no período compreendido entre os anos de 2011 e 2015, foram formados 31 Agentes de Ater Indígena e realizada a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (outubro/2013), com participação de 18 delegados indígenas, e a 2ª Feira Nacional de Agricultura Tradicional Indígena, realizada no âmbito do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, no período de 24 a 31 de outubro de 2015, em Palmas (TO).

Com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural, iniciamos o desenvolvimento e aplicação de metodologias específicas e diferenciadas de Ater, construída a partir de processo de diálogo com os povos indígenas, respeitando os princípios da autodeterminação, da autonomia indígena e do etnodesenvolvimento, valorizando o protagonismo indígena, seus conhecimentos e tradições locais na busca de alternativas e soluções para a melhoria dos processos produtivos e da qualidade de vida.

Em 2013, foi realizada a contratação de instituições para execução dos serviços de Ater para atendimento de 1,8 mil famílias indígenas residentes nos estados do Amazonas (Território da cidadania indígena do Rio Negro) e Rio Grande do Sul. Já em 2014, a Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais/CGPCT/MDA priorizou o lançamento de chamada pública de Ater para atendimento de 1.404 famílias indígenas no estado do Acre, assim como, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria/PBSM (custeio + fomento) para povos indígenas residentes nos estados do Amazonas - em benefício de 1,5mil famílias; em Mato Grosso para 1,5 mil famílias; em Mato Grosso do Sul para 3.090 famílias; no Acre para 1.404 famílias; em Roraima para 1,8 mil famílias; no Semiárido nordestino para 5,2 mil famílias; e no Alto Solimões para 1,5 mil famílias, totalizando o atendimento de aproximadamente 17.974 famílias. Com isso, e em atendimento ao disposto na OIT 169, foram realizadas quatro reuniões de diálogo com lideranças indígenas locais, precedentes ao lançamento das referidas chamadas públicas, a saber: Território da Cidadania Madeira (AM) e Xavantes (MT).

Quais as principais ações ofertadas pelo MDA aos povos indígenas em 2016?

Já iniciamos as tratativas com alguns parceiros federais, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI, no sentido de

identificarmos as demandas e prioridades, sempre buscando a qualificação e ampliação do atendimento aos povos indígenas. Penso que em 2016, além da ampliação do acesso à política pública de Ater, será necessário emprendermos esforços, no sentido de fortalecer a participação indígena nos colegiados territoriais, para que os mesmos garantam acesso à infraestrutura. É fato que o programa Brasil Sem Miséria proporcionou um significativo avanço na qualificação da política de Ater, quando possibilitou o uso de recursos de custeio e de fomento casado na mesma “ferramenta”, mas precisamos avançar, garantindo acesso a edificações, máquinas e equipamentos.

Ainda é cedo para falarmos de quantitativos de atendimento e valores, mas estamos empenhados e otimistas que este será um ano produtivo e de avanços para o público rural.

Qual a importância de inserir os povos indígenas em políticas públicas?

Como se sabe, cerca de 70% da produção de alimentos no Brasil é oriunda da agricultura familiar, onde de acordo com a Lei 11.326/06 se inserem os povos indígenas. As políticas públicas, como Ater, PAA, Pnae, entre outras, possibilitam a esses povos a troca de experiências e a qualificação no tocante a produção, possibilitando, também, a saída da invisibilidade e auxiliando na quebra de preconceitos. Nossa intenção, portanto, é ampliar a participação desse segmento nas políticas públicas ofertadas pelo MDA, contribuindo, sobretudo, para a melhoria dos índices de segurança alimentar e nutricional e o acesso à renda, respeitando, é claro, as suas culturas, crenças e tradições.

Em CPI da Funai, especialista critica “soberania” do órgão em demarcação de terras indígenas. Site da CNA. 26/02/2016.

Denis Rosenfield, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em questões fundiárias, criticou a “soberania” da Fundação Nacional do Índio (Funai) na demarcação de terras indígenas. Em sua avaliação, o processo tem sido feito à revelia do que determinam a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), prejudicando muitos produtores rurais, que acabam expulsos de suas terras e ficam desamparados, recebendo apenas a indenização equivalente às benfeitorias da propriedade.

Ele foi um dos participantes, nesta quinta-feira (25/02), da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), instalada no ano passado na Câmara dos Deputados para

investigar a atuação dos dois órgãos em relação às políticas fundiária e indigenista no país. Também estava previsto o depoimento do ex-presidente do órgão, o antropólogo Mércio Gomes, entretanto, sua participação foi adiada por decisão dos integrantes da CPI em razão da Ordem do Dia.

Rosenfield citou a Constituição Federal para lembrar que as terras indígenas são aquelas que existiam até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Carta Magna. Mencionou, também, a jurisprudência do STF, que em 2009 definiu as condicionantes que orientam a demarcação de áreas destinadas aos indígenas, entre as quais está a proibição de ampliação de terras já demarcadas, regra que não tem sido seguida pelo órgão. “Os antropólogos da Funai vão lá, demarcam a área e isso passa a valer como se fosse a lei. O antropólogo é constituinte? Não podemos ficar a reboque dos antropólogos e da Funai, que agem como se fossem os três poderes”, disse.

Segundo o professor, os proprietários rurais que deixam suas terras por conta das áreas demarcadas como indígenas recebem apenas o valor das benfeitorias, quando deveriam receber também o equivalente ao valor da terra nua. O processo, afirmou, envolve agricultores familiares, pequenos e médios produtores que acabam abandonados após a expropriação. “Isso envolve títulos de propriedades ocupadas por essas famílias há séculos. É um atentado ao direito dessas pessoas, com sérias repercussões econômicas e sociais”. Rosenfield alertou, ainda, que os produtores, na prática, ficam sem direito de defesa, pois os recursos contrários às decisões de demarcação são julgados pela própria Funai.

Denis Rosenfield defendeu que a indenização nos processos de demarcações indígenas seja feita nos moldes do processo de reconhecimento e delimitação de áreas quilombolas, no qual o Incra prevê pagamento em dinheiro na desapropriação nos casos em que for comprovado o interesse social. Sugeriu também que a CPI investigue a Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, onde se iniciam os pedidos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos.

Reforma Agrária: FETRAF/BRASIL e INCRA discutem estruturação de assentamentos. Site da FETRAF. 29/02/2016.

Encontro reuniu diretoria executiva da FETRAF/BRASIL e representantes dos estados da Bahia, Goiás e Pará.

A presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, recebeu na última sexta-feira (26), a direção executiva da FETRAF/BRASIL, representada pelo coordenador geral, Marcos Rochinski e o coordenador de finanças, Lázaro de Sousa.

A realização da agenda foi uma demanda da entidade que viu a necessidade de discutir junto ao INCRA assuntos referentes aos assentamentos e o processo de estruturação dos assentamentos já existentes.

Na oportunidade, a presidente Maria Lúcia, apresentou os desafios para 2016 bem como a situação orçamentária e estratégias para alavancar os recursos junto aos Ministério da Fazenda e Planejamento para o próximo período.

Segundo o coordenador, Marcos Rochinski, a agenda foi extremamente positiva, no sentido de fortalecer as discussões acerca dos assuntos tratados. “A FETRAF/BRASIL se coloca a disposição para reforçar a agenda junto ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pois entendemos que a questão da reforma agrária é uma pauta estratégica e para isso vamos buscar mecanismos para fomentar o orçamento do INCRA para 2016”, avaliou.

Além do Distrito Federal e Entorno, também estiveram presentes representantes dos estados da Bahia, Goiás e Pará. Uma próxima reunião entre a FETRAF/BRASIL com a participação de outros os estados está prevista para acontecer no próximo dia 29 de março, onde serão dados novos encaminhamentos a partir dos assuntos discutidos no primeiro encontro.

Fetraf Sul realiza II Congresso da Agricultura Familiar. Site da FETRAF. 29/02/2016.

Congresso reuniu representações e lideranças dos estados do Rio Grande Sul, Santa Catarina e Paraná

A Fetraf-Sul realizou no último dia 24 de fevereiro, o II Congresso da Agricultura Familiar. O encontro aconteceu no CTG Porteira do Pinhal em Pinhalzinho/SC e reuniu representações e lideranças dos estados do Rio Grande Sul, Santa Catarina e Paraná.

Na ocasião foram discutidos temas acerca dos assuntos referente a Previdência Social, Habitação, Plano Safra e Plano de Lutas e eleição e posse da direção FETRAF-SUL/CUT e COOPERHAF.

Posse

A nova direção da Fetraf-Sul assume a gestão da federação por um período de três anos, de 2016 a 2018. O novo coordenador geral, Vilson Alba, enfatizou a importância da organização dos agricultores familiares para as lutas que serão necessárias para o próximo período.

Além da posse da nova direção, o congresso também deliberou sobre as próximas ações da Fetraf. Entre os encaminhamentos estão o conjunto de mobilizações a serem realizadas em março, com foco na previdência e habitação rural; a participação no grande ato em defesa da democracia, no dia 31 de março em Brasília e a Jornada Nacional de Lutas da Fetraf-Brasil, a ser realizada entre 11 e 14 de abril, em Brasília.

Índios Pataxó e Tupinambá pedem implantação de Cras no sul da Bahia. Site do MDS. 29/02/2016.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Área indígena está em processo de demarcação e as lideranças pedem a presença da assistência social no atendimento às famílias

Brasília – Representantes das tribos indígenas de Tupinambá e Pataxó Comexitibá, do sul da Bahia, estiveram no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para apresentar as demandas das comunidades. Eles pedem a criação de um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) para atender os índios do município de Prado (BA).

Segundo o representante da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT), Dário Pataxó, a área indígena no sul da Bahia está em processo de demarcação e as lideranças pedem a presença da assistência social no atendimento às famílias. “Precisamos discutir a questão do Cras, principalmente no município do Prado, onde os indígenas estão sendo discriminados e a desigualdade social está muito grande”, destacou.

A secretária nacional de Assistência Social do MDS, Ieda Castro, salientou que as demandas das comunidades, em especial a implantação do Cras em Prado, serão discutidas em encontro a ser realizado durante a segunda quinzena de março. “A ideia é levar especialistas para demonstrar as experiências de sucesso obtidas em outros Cras que atendem comunidades indígenas. É tarefa do Centro de Referência conhecer e levantar as

vulnerabilidades, assim como projetar quais são as potencialidades daquele lugar para que sejam articuladas as devidas políticas sociais”, explicou a secretária.

Líder de ocupação e sua família sofrem tentativa de homicídio em São Félix do Xingu (PA). Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/02/2016

Na manhã do último sábado, (27/02) pistoleiros balearam gravemente Ronair José Lima, sua esposa e filha, quando os mesmos se deslocavam de moto para uma reunião da Associação de Trabalhadores no município de São Félix do Xingu, sul do Pará.

Ronair é liderança de um grupo de 150 famílias ligadas a FETAGRI, que desde 2008 reivindicam a criação de um assentamento na área conhecida como complexo “Divino Pai Eterno”, assim chamado por causa das diferentes fazendas que foram cortadas ilegalmente dentro da área. Trata-se de um caso típico de grilagem de terra pública federal. A área encontra-se inteiramente localizada na Gleba Misteriosa, arrecadada e matriculada em nome da União, segundo documentação do INCRA. Tanto Ronair como a esposa correm risco de morte, a filha baleada no braço passa por atendimentos. As vítimas ficaram no posto de saúde da Vila Sudoeste, no mesmo município, até serem removidas, de avião, para atendimento médico em outro local.

Na área já foram registrados diversos casos de violência, enquanto a disputa judicial e administrativa se arrasta ao longo de anos. Houve ali 5 assassinatos nos últimos 8 anos, sem apuração devida das circunstâncias das mortes, embora haja indícios de que todas elas estejam ligadas com o conflito pela posse da terra. Foi o caso de Francisco Feitosa (também conhecido como “Finado Preto”, antigo presidente da associação dos/as trabalhadores/as), Rogério, “Mineiro”, Félix Leite dos Santos e Osvaldo, assassinado no final do ano passado.

Ronair tem sido frequentemente ameaçado por pistoleiros a mando dos grileiros que disputam a área. Por diversas vezes registrou Boletins de Ocorrência perante as Delegacias de Conflito Agrário da região. O programa nacional de proteção a defensores de direitos humanos também já foi acionado, mas nada fez. A demora da Segurança Pública do Estado do Pará em investigar os crimes e a morosidade do INCRA e do Terra Legal em encaminhar os processos de arrecadação do imóvel, são as principais causas da violência.

Exigimos que o poder público garanta a integridade física de Ronair e sua família, que os crimes cometidos contra as pessoas e contra o patrimônio público sejam investigados, que

o INCRA e Terra Legal apresentem solução para o conflito fundiário que se estabeleceu na área.

Inkra reconhece território quilombola de Limoeiro, em Palmares do Sul (RS). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/02/2016

O Rio Grande do Sul tem sua 12ª comunidade quilombola com território reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra). A área de 708,5 hectares fica em Palmares do Sul, e foi declarada como terras da comunidade quilombola de Limoeiro por meio de portaria publicada na última sexta-feira (26) no Diário Oficial da União. Com a medida, o processo de regularização fundiária do território avança para a titulação.

A portaria beneficia 93 famílias e resulta de um extenso trabalho que inclui vários estudos e levantamentos técnicos, reunidos no Relatório de Identificação e Delimitação (RTID) do território – publicado em 2011. Entre as peças está o laudo sócio-histórico-antropológico, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que remontou as origens da comunidade. A pesquisa demonstra que as famílias descendem de cinco escravos levados do município de Santo Antônio da Patrulha à região. Heranças e doações conformaram a posse do território ainda no século XIX. A identidade das famílias que hoje moram no Limoeiro é toda construída a partir da memória de seus antepassados escravos e ex-escravos.

Conquista

"É muito importante. Para nós, é uma vitória. Mais ainda para o pessoal mais velho, lutaram tanto para isto", comemora Lisiane de Oliveira, presidente da Associação Comunitária Quilombo do Limoeiro, ressaltando que as famílias possuem muitos idosos. "A comunidade, historicamente, manteve sob sua posse grande parte do território, com um grande número de famílias" registra o técnico do Inkra/RS, José Rui Tagliapietra, que acompanhou o processo. O próximo passo na regularização será dado pela publicação de um decreto presidencial autorizando a desapropriação de áreas dentro do perímetro do território – o Instituto identificou, a princípio, dois proprietários a serem indenizados.

Todo o processo culmina com a titulação da área em nome da associação. No RS, quatro comunidades quilombolas já estão tituladas: Casca, em Mostardas (título parcial); Chácara das Rosas, em Canoas; Família Silva, em Porto Alegre (título parcial) e Rincão dos Martinianos, em Restinga Seca (título parcial).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa